



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 420 - DE 02 A 16 DE OUTUBRO DE 2011 - R\$ 3,00

**Greves por todo o país contra o arrocho salarial enfrentam intransigência do governo e dos patrões.
Unificar e centralizar as lutas nacionalmente!
Romper com a divisão e fragmentação impostas pelas direções burocráticas e governistas!**



Governo Cid Gomes (CE) reprime professores em greve



Brutal repressão do governo Evo Morales à marcha indígena de defesa do TIPNIS



Oposição revolucionária a Dilma

A crise econômica aperta o cerco

A abrupta valorização do dólar em 15,8%, no mês de setembro, foi um sinal de que os especuladores podem recorrer à volatilidade financeira para defender seus interesses.

O governo teve seu primeiro susto. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, não tem feito outra coisa senão reclamar da enxurrada de dólares provocada pelas emissões do Banco Central norte-americano (Fed) e da falta de iniciativa dos governos europeus de coordenarem uma ação decisiva para brechar o processo de desabamento econômico-financeiro do velho continente.

As autoridades petistas acham que o Brasil tem moral para espernear porque vem cumprindo suas obrigações com o capital usurário, obtendo o superávit primário de 3,5%, pagamento de rios de reais em juros, acumulando uma reserva cambial jamais vista no País, arreganhando seu mercado para os tais investidores, importando horrores e subsidiando as multinacionais.

Com essa insígnia, Dilma Rousseff reivindica um lugar ao Brasil na ordem das potências. Diz que o País está preparado para contribuir nas soluções para a crise mundial. Mas que é preciso que todos dêem as mãos para saírem juntos do redemoinho que ganhou força a partir dos Estados Unidos em 2008. Um País que tem ajudado o mundo com crescimento na qualidade de “emergente” merece cuidados e considerações das potências que hoje são locomotivas da desaceleração e de uma possível recessão.

Guido Mantega não se conforma com a desorganização em andamento interna ao Brasil por razões externas. Ou seja, considera inaceitável a política econômica dos Estados Unidos de provocar uma onda oscilatória do câmbio, evidentemente utilizada para a “guerra comercial”. E diante da atordoadada burguesia europeia, o aflito ministro brasileiro se diz disposto a contribuir com fundos, ainda que em um pequeno montante. Para Guido, mais vale a vontade da semicolônia em ajudar as potências porque, no final das contas, o capitalismo precisa ser salvo e o Brasil ganha com isso.

Ocorre que a crise de superprodução e de estreitamento das margens de valorização do capital parasitário pela via especulativa tem de ser descarregada sobre os elos mais débeis, que são os países de economia atrasada e subjugada pelo imperialismo. O crescimento econômico no Brasil decorre, em grande medida, do impulso dado pelo capital internacional. É o que mostra a vultuosa invasão de capital externo. Os Estados Unidos vão se defender como lhes for conveniente. As frações mais poderosas da burguesia europeia terão a proteção de seus Estados. O imperialismo determina as medidas a serem tomadas em toda a parte. Os governos das semicolônias poderão lançar mão desde ou daquele recurso interno, mas na ordem geral terão de se conformar.

A fração industrial brasileira reclama que vem perdendo terreno e que há um processo de desindustrialização acelerado devido à inércia governamental perante o câmbio desfavorável às exportações. Exibe os números da crescente importação de manufaturados. Quer, portanto, proteção do Estado. O capital industrial jura que não pretende o protecionismo e que é amante do livre-comércio. Precisa unicamente de justiça. Não

pode ser mais prejudicado com o alto custo de produção interna, que lhe tira capacidade de concorrência com os produtos baratos da China.

O governo petista, cujo partido no passado espumava só de ouvir o nome de capital financeiro, compartilha com as dores dos industriais. No entanto, deve ter o cuidado em não cutucar a onça com a vara curta. Esse provérbio é sábio para qualquer governo burguês semicolonial. Em meio à confusão mundial, Dilma resolveu sair da delicada posição de encher os cofres dos investidores e atender um pouco os reclamos da fração industrial. Lançou o *Plano Brasil Maior*, que de um lado favorece as multinacionais e, de outro, acena com algum alívio para certos ramos da indústria nacional (têxteis, móveis, calçados). Baixou medidas paliativas que oneram o capital especulativo vindo de fora (IOF). E resolveu taxar a importação de carros asiáticos em 30%. As multinacionais aqui instaladas acharam bom, embora estivessem se valendo também de importações. Em combinação com o Banco Central, a taxa de juros Selic foi reduzida de 12,5% para 12%.

Essas ações pareceram justificadas aos olhos da burguesia brasileira e, até certo ponto, compreensível para o FMI. A razão está em que o novo governo é obrigado a empiricamente responder ao fluxo da crise. O problema reside em tentar apagar uma labareda num dos cantos, enquanto que outras flamejam. O *Plano Brasil Maior* acabou sendo criticado. A redução da Selic não modifica o fato de ser a maior taxa mundial. E a barreira alfandegária em favor da reserva de mercado às multinacionais serve para manter o preço dos carros aqui produzidos como também um dos mais elevados.

A repentina valorização do dólar obrigou o governo a voltar ao mercado de moedas como vendedor. A fração industrial que deveria bater palmas ficou paralisada. Não era a hora de defender a desvalorização do Real para ganhar escala de exportação e rebaixar os salários internos? Não o fez. Assim, caiu a máscara. Em torno do câmbio, a burguesia industrial reclamava de fato tão somente subsídios governamentais e bloqueio seletivo às importações da China. O movimento contra a desindustrialização se resumiu a atacar o câmbio chinês, como vêm fazendo as potências. Imediatamente, sobreveio o temor de que a valorização do dólar atingirá poderosos setores industriais e comerciais que aproveitaram o Real elevado para fazer dívida em dólar.

No momento, a contenção da valorização aliviou as tensões do governo. Os especuladores apenas deram um sinal de que a volatilidade pode ser utilizada a qualquer momento. O comércio exterior, o câmbio e os ramos fundamentais da produção estão sob o controle do capital financeiro internacional. Foi apenas um ensaio de que a crise mundial arrasta o Brasil e que sua economia equivale a um barco em meio ao maremoto.

O fundamental está na tendência à desaceleração do crescimento. A estimativa mais provável é que o Brasil crescerá entre 3% a 3,8%. Uma queda considerável diante de um crescimento de 7,5%, em 2010. Os setores que ainda resistem à recessão são os de serviços e de comércio. A indústria sofreu o impacto de 2008 e não se levantou. A revisão do FMI de menor crescimento mundial lança sombra sobre o Brasil.

O governo indicou com precisão que atacará a vida das massas. Usa e usará o argumento de que diante da crise não poderá sustentar a política anterior de “distribuição de renda” e “inclusão social”. O primeiro aceno foi dado com a contenção do reajuste do salário mínimo. Não se sabe se cumprirá o prometido aumento em 2012. No horizonte, vislumbram-se demissões em massa e um brutal arrocho salarial.

A eclosão de greves no funcionalismo e o despontar de movimentos na classe operária expressam a resistência instintiva dos explorados na situação de confisco inflacionário dos salários. O governo e o patronato estão unidos contra qualquer concessão aos grevistas. A Justiça vem agindo com prontidão, tornando as greves abusivas e reprimindo-as. As montadoras

admitiram um pequeno aumento acima da inflação oficial, que não corresponde à alta real do custo de vida. Isso por que obteve do governo cortes de impostos. A lua de mel entre a burocracia sindical e as multinacionais do setor automobilístico vai acabar.

O problema está em que a classe operária foi intoxicada pelos oito anos de lulismo e cercada pela burocracia sindical petista. As margens de manobra dos burocratas estão diminuindo. A tarefa da situação consiste em trabalhar no seio dos explorados com as reivindicações que as protejam dos ataques dos capitalistas e de seu governo. Partindo de suas necessidades, é possível desenvolver o programa proletário de enfrentamento da crise.

Dilma na ONU: discurso da subserviência

A presidente exalta a “voz feminina”, que pela “primeira vez” se pronuncia na tribuna das Nações Unidas. Diz que “é a voz da democracia e da igualdade se ampliando”. Se autoglorificou “com a humildade pessoal” e “com o justificado orgulho de mulher”. Não quis que sua emoção parecesse obra do egoísmo, assim a dividiu com “metade dos seres humanos deste planeta”, formada por mulheres. Não importa se se banhadas em ouro, ou se cobertas de farrapos. O que vale é o orgulho feminino de ter uma mulher no pedestal da ONU. Foi muito aplaudida pelos insígnies representantes do mundo capitalista. Certamente, os abutres imperialistas riram no íntimo de sua alma carniceira. É bem possível que muitos dos representantes dos países semicoloniais acharam Dilma encantadoramente lírica. Ali não estava nem um milionésimo de átomo dos milhões de estômagos vazios de homens e mulheres que conformam o gigantesco exército de explorados. Nenhum gemido dos milhões de desempregados poderia perturbar o discurso do governo burguês de Dilma.

A dama brasileira reconheceu o “momento extremamente delicado”, referindo-se à crise econômica. Mas ergueu-se em otimismo, dizendo que também o mundo estava diante de uma “grande oportunidade histórica”. De seu ponto de vista, “o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção”. A crise, portanto, tem a virtude de colocar a união de todos. Aplausos e mais aplausos. Dilma abstraiu o domínio imperialista e colocou todas as nações no patamar da igualdade e da colaboração. Desconheceu que o desabamento do mundo se deve às contradições do sistema capitalista e que as potências se protegem saqueando as semicolônias. Dilma ad-

mitiu que a “condução do processo” de enfrentamento da crise está sob o encargo dos Bancos Centrais dos Estados Unidos e Europa. O que o governo brasileiro pede encarecidamente é o reconhecimento do direito dos países pobres de “participar das soluções”. As potências lhes facultam o direito de ocupar a tribuna da ONU e fazer discursos de ninar. Orgulhosamente, Dilma se dirigiu aos representantes do grande capital para lhes segredar que o Brasil “emergente” foi menos afetado pela crise mundial e que quer ajudar a sair do buraco, “enquanto há tempo”. Acredita na cooperação entre saqueadores e saqueados. Tem fé na “oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais”. Quer a “regulamentação do sistema financeiro” e a “reforma das instituições financeiras multilaterais”. Chama a atenção para o perigo do protecionismo.

Assistimos a uma palhaçada petista nos picadeiros da ONU. É nisso que resulta a inoculação das aspirações pequeno-burguesas de tornar a política burguesa cooperativa e solidária. O lado trágico da comédia se encontra no fato do petismo ter controlado os sindicatos e empanurrado os explorados com o mingau tão indigesto. Os pobres e famintos, mulheres e homens, terão de vomitá-lo. A crise se encarregará de desmascarar os impostores. E as reivindicações mais sentidas e profundas das massas que carregam o capitalismo nas costas as impulsionarão para o caminho da luta e da independência política. Ressalta a ausência da política e organização proletária, o partido marxista-leninista-trotskista, sem o qual não é possível as massas alcançarem a independência de classe.

Carta da burocracia sindical a Dilma

Na assembleia de 26 de setembro, a burocracia do sindicato metalúrgico do ABC fez aprovar uma carta a ser encaminhada à presidente da República. A essência de seu conteúdo está nos seguintes pontos:

1. Inicia dizendo que a campanha salarial de 2011 encerrou com vitórias e com a aprovação de uma carta à “*companheira que hoje governa a nação*”. E o objetivo é o “*apoio ao anúncio de medidas de proteção à produção industrial, defesa do emprego dos trabalhadores e sustentação geral do crescimento econômico*”. Portanto, a burocracia usou a assembleia para referendar o acordo que já havia feito com a Fiesp de defesa da “produ-

ção industrial”.

A fração da burguesia industrial, diante da desaceleração do setor, arrastou os burocratas sindicais para exigir do governo subsídios (corte de impostos – IPI), juros mais baixos e barreiras alfandegárias para os produtos chineses. Dilma respondeu com o plano Brasil Maior, em favor de alguns ramos nacionais e das multinacionais.

Os dirigentes sindicais serviram aos interesses dos capitalistas. As campanhas salariais foram limitadas, apesar da disposição de greve em várias empresas, e não se conquistou a real reposição das perdas, a redução da jornada e a

- garantia do emprego. Mesmo assim, cantaram vitória e ludibriam os operários ao defender os interesses do patronato como fossem as reivindicações da classe explorada.
2. A carta afirma que Dilma teve a coragem de desafiar os “interesses dos poderosos”. E que essa decisão mostra o “compromisso com os trabalhadores”. Isso por que o governo aumentou em 30% o IPI sobre os veículos importados. Onde está o compromisso com os trabalhadores? Dilma elevou o IPI dos importados para favorecer as multinacionais automobilistas aqui instaladas. É uma disputa entre os capitalistas pelo mercado nacional. Portanto, o compromisso de Dilma nada tem a ver com os trabalhadores e sim com as multinacionais.
 3. Elogia o Conselho Setorial de Desenvolvimento Industrial, medida criada por Dilma no “Plano Brasil Maior”. Essa Câmara Setorial, composta pelo governo, empresários e burocratas sindicais, discutirá os negócios dos capitalistas.

Os dirigentes sindicais terão unicamente o papel de porta-voz da política ali aprovada.

4. Encerram a carta dizendo: “Conte com nosso total apoio nessa e em todas as futuras decisões rumo a um Brasil que cresce com geração de empregos de qualidade (...). Vejam que ponto chegam os traidores da classe operária!

Eis aí o mais profundo colaboracionismo com o patronato e com o governo. O sindicato metalúrgico do ABC, que protagonizou greves históricas, hoje faz parte do governo e dos organismos da classe capitalista. A burocracia só consegue aprovar uma carta dessa natureza porque o proletariado se encontra desarmado politicamente para rechaçar os seus traidores. A reivindicação de independência política dos sindicatos frente à burguesia e seus governos é imprescindível para combater os burocratas e transformar os sindicatos em organismos auxiliares da luta de classes.

Chefe das montadoras elogia a burocracia sindical e o governo do PT

No dia 28 de setembro, o sindicato metalúrgico do ABC fez da sua sede uma tribuna para a Anfavea, associação das montadoras, defender a reserva de mercados contra a importação de carros, principalmente da China. O ato serviu de apoio ao plano Brasil Maior do governo Dilma. As montadoras instaladas no Brasil se utilizam da crise para obter proteção governamental.

A burocracia sindical apoia as multinacionais em nome da “indústria nacional” e dos empregos. Dessa forma, a concorrência internacional entre os capitalistas da indústria automobilística se projeta no mercado interno e promove o protecionismo como se fosse um recurso de defesa nacional. O Estado brasileiro se sujeita a tal concorrência e serve de instrumento de disputa da guerra comercial desatada pela crise. As montadoras que agora elogiam o sindicato e o governo do PT por proteger os empregos têm uma história nada confortável de

demissões em massa. Lembremos os acordos malditos em fins dos anos 90 impostos pela chamada flexibilização do trabalho. A Volks, por exemplo, obteve do sindicato o Banco de Horas, rebaixamento do piso salarial e a terceirização de algumas funções. Mesmo assim, fez as demissões foram efetuadas.

A burocracia sindical empunha a bandeira do emprego apenas quando as montadoras pedem proteção do governo a seus negócios. Engana os operários com o falso argumento nacionalista de defesa da indústria nacional. A verdade é que a burocracia estruturada pelo lulismo e petismo está vinculada ao capital multinacional, que domina os ramos estratégicos da economia brasileira. A casta burocrática que se apossou dos sindicatos e da CUT expressa não uma política de defesa nacional, mas sim pró-imperialista. Não uma política operária de defesa do emprego e do salário, mas sim pró-capitalista.

Indústrias no ABC fecham 10 mil postos de trabalho – O que fazer?

O Seade/Dieese apurou que em julho deste ano a indústria da região empregava 344 mil trabalhadores, em agosto esse número passou para 334 mil. Portanto, são 10 mil empregos liquidados. No setor de metalurgia, o sindicato de Santo André confirmou a tendência de demissões. Reconheceu que em Mauá e Santo André, alcançaram cerca de 600 operários. As montadoras estão comprando menos das autopeças e os estoques aumentaram. A saída para essa situação é botar o pessoal na rua. O que indica que a recessão na indústria já chegou. As demissões de agosto são consequências da desativação geral da indústria de transformação, verificada a partir da crise de 2008. A Fundação Getúlio Vargas prevê a possibilidade do “nível de utilização da capacidade instalada cair abaixo da média histórica”. Estudos assinalam que, em relação ao PIB, a expansão da “indústria de transformação de julho de 2008 a julho de 2011 foi de apenas 1% comparada a 7,8% para a construção civil e 10,5% para serviços”. Nesse mesmo período, o indicador de emprego das seis maiores regiões metropolitanas foi de crescimento de 2,2%. Evidentemente, muito baixo para empregar a farta mão-de-obra.

A burocracia sindical tem esses dados em mãos e, inclusive, os publica em seus boletins. Diz que é preciso apoiar a fração burguesa industrial em seus pleitos protecionistas. É o que está se passando no setor automobilístico. Os farsantes não fazem nada para organizar o proletariado contra as medidas capitalistas e governamentais postas em andamento em função da crise. Os sindicatos viram postos de homologação e de fonte estatística das demissões. Os burocratas sentaram confortavelmente sobre o período econômico de relativo crescimento e de redução do nível de emprego. Agora, não querem sair do conforto. E buscam bondades dos capitalistas para os bons serviços prestados. Inventaram o tal de “sindicato cidadão” para se contrapor ao sindicato de luta de classes.

O operariado começa a sentir os tremores da decomposição capitalista e logo estarão diante do inferno das demissões em massa. Trata-se de lutar aguerridamente pelo programa de defesa da vida dos explorados. As bandeiras de estabilidade e escala móvel das horas de trabalho são respostas do proletariado diante do desemprego e da miséria.

Greves se manifestam em vários setores

O quadro grevista do momento e os recentes movimentos da construção civil nas obras do PAC apontam a presença de tendências instintivas no seio das massas. A burocracia está tendo dificuldades em bloqueá-las completamente. É certo que o freio burocrático do sindicalismo pró-patronal da CUT e da Força Sindical mantém a vigência. É o que demonstraram os acordos dos metalúrgicos. Mesmo assim, as montadoras foram obrigadas a conceder 2,5% acima da inflação oficial, auxiliadas pelo governo de Dilma que lhes favoreceu com subsídios e atendeu aos reclamos protecionistas. Os ramos de autopeças manobram até o último instante para não seguir os acordos das montadoras. A demonstração dos operários em ir para a greve fez com que finalmente desatasse o conflito. A radicalização da greve dos operários da Refinaria Abreu e Lima e do

Pólo Petroquímico de Suape (Pe), em agosto, arrancou 11% de reajuste.

O fato das Centrais sindicais não atuarem em favor das tendências de luta e não centralizarem os vários movimentos tem reduzido a força dos trabalhadores. O governo e o patronato, por sua vez, têm obtido na Justiça a condenação quase imediata das greves. A imposição de draconianas multas ajuda a burocracia sindical a recolher os movimentos. A lei antigreve tem sido aplicada largamente. Trata-se de um sintoma de temor da burguesia.

A defesa das greves e da unidade proletária avança do plano propagandístico para o da agitação. É preciso fazer a campanha pela derrubada da lei antigreve e por não acatar as decisões da justiça capitalista.

Ceará: Professores foram duramente reprimidos

Depois de quase dois meses de greve dos professores, o governo de Cid Gomes respondeu com as mudanças no Plano de Carreira, que eliminam direitos dos professores. O objetivo era rapidamente colocar em votação a manobra de aplicação do Piso Nacional de R\$ 1.187,00, por meio de uma tabela específica para o nível médio. Mas, os grevistas ocuparam o saguão da Assembleia Legislativa desde o dia 28 e alguns se colocaram em greve de fome. Para conter a revolta dos professores, o governo do PSB desfechou brutal repressão. Essa é única maneira para impor medidas antitrabalhadoras. A manobra de Cid em torno da Lei do Piso foi escancarada pela luta dos grevistas. A direção do sindicato deve expressar seu repúdio por meio da convocação da assembleia de todo o magistério para a retomada da greve. Derrubar a manobra de Cid e sua tabela maldita, que elimina conquistas.

Publicamos abaixo o Boletim da Corrente Proletária logo após a repressão:

Governo autoritário de Cid reprime violentamente professores e aprova a destruição do Plano de carreira com apoio de PT e PC do B na AL!

Fortalecer a greve na capital e interior! Pela anulação da tabela maldita já!

A ação de ontem, da mesa diretora da Assembleia Legislativa, de jogar o batalhão de Choque da PM contra manifestantes que ocupavam o saguão de acesso ao plenário apenas confirma o caráter reacionário do governo Cid Gomes. A Mesa diretora da Casa, e seu presidente, Roberto Cláudio, fiéis lacaios do executivo estadual, foram ágeis em fazer tramitar a mensagem do governo que criava a tabela específica para o nível médio e aplicava nesta o piso de R\$ 1.187 sem repercussão no restante da carreira. Assustados com a presença de professores e alunos que, desde 28/09, ocupam o saguão da assembleia (alguns em greve de fome) tiveram pressa em pôr em votação a matéria que criava a tabela maldita (contando, claro com o apoio dos traidores do PT e PC do B). Buscando conter a revolta do professorado, desfecharam uma sangrenta repressão que terminou com vários feridos e detidos pela PM. A violência reacionária do governo foi tão escandalosa e desproporcional que



Repressão foi na Assembleia Legislativa

nem mesmo a imprensa burguesa pode deixar de se horrorizar com as fortes cenas de sangue e de professores sendo levados para hospitais.

Apenas alguns meses antes, Luizianne Lins, aliada de Cid, fez o mesmo com os professores em greve no município. A Guarda Municipal não poupou spray de pimenta nem cassetetes na repressão. Este “modo Cid de governar”, é também o “modo petista de governar”. PT e PC do B, que sustentam com afincos este governo, não têm como esconder que tem as mãos sujas de sangue dos trabalhadores!

Cid Gomes não se cansa de favorecer os empresários com rios de dinheiro e contratos milionários, enquanto na educação destrói direitos. Por isso a categoria não tem escolha: tem de manter a greve e chamar de volta à luta todos os companheiros que voltaram às aulas. Convocar o interior a voltar, em peso, à greve. Ganhar o apoio de pais e alunos e exigir a imediata anulação da tabela maldita e o início das negociações.

- Viva a greve dos trabalhadores em educação! Viva a heróica greve de fome dos professores!
- Oposição revolucionária aos governos Dilma, Cid e Luizianne!
- Abaixo o capitalismo! Pela Revolução Proletária e o Socialismo!

112 dias de paralisação dos professores de Minas Gerais

A miséria salarial que é imposta aos professores resultou na maior greve dos últimos tempos. Desde 8 de junho, portanto, 112 dias de paralisação, os professores lutaram para que o governador Antônio Anastasia cumpra a lei federal que instituiu o piso profissional nacional. Foram inúmeras assembleias, manifestações de rua, acampamento na Assembleia Legislativa e, por fim a greve de fome de Abdon Geraldo e Marilda de Abreu. Mesmo assim, o governo permaneceu intransigente.

O PSDB de Minas, por meio de Anastasia, cortou os salários, contratou professores substitutos e recorreu à Justiça para exigir a suspensão do movimento. Mas os trabalhadores da educação ainda resistiram. O movimento encerrou no dia 29 de setembro com apenas o compromisso do governador incluir no Plano de Carreira o valor do Piso Nacional e discutir o pagamento dos dias parados, mediante reposição.

A greve de Minas Gerais faz parte de um conjunto de greves e manifestações de professores exigindo melhores salários e condições de trabalho, entre as reivindicações se encontra o cumprimento da Lei do Piso. Os governadores e prefeitos, sejam eles da oposição burguesa (PSDB) ou da situação (PT), se recusam a implantar a Lei e viram às costas para a decisão do Supremo Tribunal. Alegam os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e outras justificativas esfarrapadas. Em realidade, os governos cumprem as diretrizes internacionais de corte de recursos à educação.

Os governos têm agido de forma centralizada. Para quebrar essa intransigência é preciso a unidade nacional dos trabalhadores da educação. As greves têm sido longas e as conquistas têm sido débeis. Não basta a disposição de luta do magistério, é necessário romper com a fragmentação dos movimentos. O que implica uma direção classista, capaz de enfrentar os governos e as leis anti-greve. A maioria dos sindicatos está sob o controle da política petista, portanto submetido à linha educacional do Ministério da Educação. A Lei do Piso, que é miserável, embora aprovada pelo governo Lula, sequer é cumprida pelos prefeitos e governadores petistas. E Dilma não mexe uma palha contra isso. Daí a importância da independência política dos sindicatos e de uma direção de combate.

As lições das greves dos professores e, em particular, a de Minas de Gerais, devem servir para o movimento nacional dos educadores.

Duas greves nacionais: correios e bancários

Os trabalhadores dos correios estão há 15 dias em greve. Por todo o País a paralisação ganhou força. Os grevistas exigem o atendimento das reivindicações salariais e de condições de trabalho. O governo se mantém intransigente. Os grevistas se mostram dispostos a quebrar essa política governamental de não ceder a nenhum setor do funcionalismo. A pressão dos grevistas, as assembleias massivas e as ações de rua são fundamentais para a vitória do movimento. Nada de rebaixar as reivindicações nas mesas de negociação. Negociação sem radicalização da greve não arranca as reivindicações.

Publicamos abaixo o Boletim da Corrente Proletária da regional do Paraná

Viva a greve dos trabalhadores dos correios!

Abaixo a privatização e o salário de fome!

Depois de quase dois anos sem reposição salarial, os trabalhadores dos correios entraram em greve no dia 14 de setembro por melhoria nos salários, mais contratações e contra a privatização. Todos os 35 sindicatos do país aderiram à greve. Um carteiro em início de carreira, ganha R\$807, a categoria exige piso de R\$1.635, reposição da inflação de 7,16%, reposição das perdas acumuladas de 1994 a 2010, que totalizam 24,76% e vale-refeição. O governo Federal, por meio do ministro das Comunicações Paulo Bernardo, ofereceu reajuste de 6,87%, mais aumento de R\$50 a ser pago em janeiro de 2012 e abono de R\$800. E ataca o direito de greve ao condicionar a retomada das negociações ao retorno ao trabalho.

Defesa do Salário

Diante desta proposta humilhante do governo, a direção do sindicato nacional fez uma contraproposta: reduziu o aumento linear de R\$400 para R\$200 e o vale alimentação de R\$30 para R\$28. A direção da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (FENTECT) diz que desta forma mostra ao governo que quer negociar, mas, companheiros, não podemos rebaixar nossas reivindicações e nem ficar tentando encaixá-las no que o governo diz que é possível. Nosso ponto de vista deve ser outro: o estômago do trabalhador, suas condições de vida.

O salário mínimo calculado pelo DIEESE, por exemplo, é de R\$2.279, isso aplicando a lei aprovada por Getúlio Vargas em 1940. Mas as necessidades dos trabalhadores se modificaram, calculando o valor necessário, hoje, para uma família de quatro pessoas, chegamos ao valor de R\$3.824, este é o salário mínimo vital e seu valor deve ser estabelecido pelas assembleias de trabalhadores. Mais do que isso, é necessário exigir a escala móvel de reajuste, ou seja, o que a inflação tirar, tem que voltar imediatamente ao salário.

Em defesa do direito à Greve

Quando o Governo chantageia os trabalhadores exigindo que voltem ao trabalho e corta os salários mostra que vivemos em uma ditadura da burguesia. As leis anti-greve estabelecem antecedência para decretar greve, percentuais de funcionamento nos serviços essenciais, levam a pesadas multas aos sindicatos e cortes de salários. Devemos defender com unhas e dentes o direito à greve, que é a forma que os trabalhadores têm de defender suas vidas. O fim do direito à greve significa o retorno à escravidão!

Contra a privatização

O Governo Dilma aprovou a MP352, que transforma os correios em sociedade anônima, preparando a privatização e terceirização. Devemos combater todas as formas de privatização, exigir que a ECT seja 100% pública e controlada pelos trabalhadores, dispensando todos os burocratas e parasitas

que só metem a mão nos recursos dos correios e o sucateiam e sabotam para justificar a privatização.

Método de Luta

Em vez de mostrar ao governo sua disposição em negociar, o que os trabalhadores tem é que mostrar sua disposição de luta, isto se faz por meio dos métodos operários: greve, piquetes, passeatas, bloqueios de ruas e agências. O governo diz que só negociará com o fim da greve. Mentira! Ele só negociará se perceber que os trabalhadores estão firmes e que não vão voltar a trabalhar com uma miséria de aumento de R\$50 no bolso.

Companheiros, é hora de fortalecer a luta! A crise econômica mundial está atacando os trabalhadores. As revoltas, insurreições, greves e protestos na Europa, Estados Unidos, América Latina, Norte da África e Oriente Médio mostram que os trabalhadores querem defender suas vidas.

No Brasil, iniciamos o ano com as greves operárias nas obras do PAC e da infraestrutura para a copa do mundo. Tivemos greves heróicas do funcionalismo na educação no país inteiro, nas escolas, universidades e hospitais. Os bombeiros se rebelaram em defesa de suas condições de vida. Metalúrgicos da Volks-PR fizeram a maior greve da montadora no mundo e os da Embraer estão agora em luta. Até os coveiros em São Paulo cruzaram os braços para denunciar seu salário miserável.

Esta greve dos Correios faz parte do levante das massas cansadas de serem esmagadas, por isso é a que teve maior adesão em relação aos últimos anos. O arrocho salarial é parte da reposta burguesa à crise: corte nos gastos do Estado para sobrar mais para o pagamento dos juros da dívida interna e externa. A resposta dos trabalhadores deve ser a luta por suas condições de vida!

Mais do que isso, é fundamental que os trabalhadores se armem politicamente para enfrentar o governo e a burocracia sindical. Esta arma precisa ser construída, é o partido revolucionário, que deve transformar o instinto de luta dos trabalhadores em organização consciente em direção à revolução proletária.

Bancários:

Greve atinge mais de 6mil agências



A paralisação nacional dos bancários, iniciada no dia 27 de setembro, ganhou força logo no seu início. Há greve em todos os estados. Sua grande adesão se deve ao descontentamento generalizado dos trabalhadores, depois de várias negociações

com a Fenaban. Os banqueiros, que lucram rios de dinheiro, apresentaram a proposta de 8%. Portanto, mal cobre a inflação. Os bancários sabem que a crise econômica chegou no Brasil e a que a tendência é de elevação do custo de vida. As reivindicações de 12,8% (que inclui o aumento real de 5%), abertura de mais postos de trabalho e fim das metas malditas e da rotatividade permitiram a unidade grevista.

Os bancários têm as lições das greves passadas. Corrigir os erros e avançar na radicalização do movimento é a tarefa colocada. As grandes manifestações diárias nas ruas, os piquetes coletivos e assembleias massivas potencializarão o movimento e forçarão a Fenaban e governo a atenderem as reivindicações.

O proletariado desperta para a luta

Nesse final de setembro, houve paralisações na Embraer, Sobraer, Sopeçero, Sadefem, MWL e em outras fábricas. Foram greves por tempo determinado e indeterminado. Por meio desse movimento, os operários arrancaram cerca de 10% de reajuste, quando o patronato mal aceitava repor a inflação.

Greve na Embraer

Os trabalhadores da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) decretaram uma paralisação de 24 horas. Exigem um reajuste salarial de 17,45%, que equivale à inflação e 9,75% de aumento real; a redução da violenta jornada semanal de 43 horas para 40 horas e melhores condições de trabalho. Houve manifestações e passeata dos grevistas. O sindicato, dirigido pela Conlutas-PSTU, diz que a greve é o protesto dos operários diante da jornada exaustiva e pela reposição dos salários.

Após as 24 horas de paralisação, a assembleia deu um prazo de 48 horas para a resposta às reivindicações. Mas os patrões estão intransigentes em aceitar a pauta de reivindicações. A resposta dos operários é o retorno à paralisação.

Metalúrgicos das autopeças do ABC

Cerca de 60 mil operários paralisaram a produção. Rejeitaram a proposta vergonhosa do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) de 5,3%, sendo 4,44% de reposição da inflação e 0,8% de aumento real). Reivindicam o mesmo acordo realizado com as montadoras.

As negociações por grupos, como faz a burocracia do sindicato, quebra a força coletiva do proletariado. As greves acabam servindo apenas de pressão para abertura de negociação. O grupo das montadoras abre a campanha salarial e o acordo fechado é usado para barganhar com os grupos menores.

Uma campanha salarial de todos os metalúrgicos, com assembleias unitárias e ações de massa, daria maior coesão ao movimento para arrancar as reivindicações. Mas a burocracia dirigente não está disposta a organizar a classe operária contra os capitalistas. Ao contrário, empenha-se, cada vez mais, no aperfeiçoamento da conciliação entre capital e trabalho, entre exploradores e explorados. Esse é um obstáculo que o proletariado tem de combater para o avanço da luta por suas reivindicações vitais.

A “Democracia Real Já!” e o ato do 15.O (15 de outubro)

Nos levantes de maio de 2011, na Espanha, contra as reformas antipopulares do governo, surgiu o grupo “Democracia real já” (DRY). Ele tem organizado manifestações dos “indignados” espanhóis. Segundo o manifesto do DRY, o movimento compõe-se de pessoas de todos os tipos, desde os auto-intitulados progressistas até os conservadores. Rejeitam apenas apoio de grupos autoritários. Reivindicam o pacifismo e a “revolução ética”. Na tentativa de internacionalizar o movimento e criar um ato de referência, surgiu o 15 de outubro. A bandeira é “democracia real já”.

O DRY surge na Europa justamente num momento em que os parlamentos nacionais discutem e aprovam medidas de ataques ao conjunto da população assalariada, para salvaguardar os interesses do capital financeiro internacional, principalmente da França e Alemanha. Os organismos e instituições democráticas revelaram com toda clareza que agem contra os interesses da maioria da população. A crise expõe a natureza da democracia burguesa como instrumento de ditadura de classe da minoria sobre a maioria. Mesmo nas sociedades mais democráticas, como as europeias, o conteúdo das democracias é o mesmo: expressam a ditadura da minoria capitalista contra a maioria. O DRY fecha os olhos ao conteúdo de classe da democracia. Assim, não vê a ditadura da burguesia.

Constitui-se, portanto, em um movimento pequeno burguês que oculta a divisão da sociedade em classes sociais e alimenta a ilusão na solução pela via democrática à crise estrutural do capitalismo. Apesar do palavreado contra o poder da minoria, não faz a luta contra o Estado opressor, o Estado dos exploradores, mas apenas pretende reformá-lo através da chamada “revolução ética”. Acaba por embelezar o Estado opressor da minoria contra a maioria. Esconde que o Estado democrático é apenas mais umas das formas da ditadura da burguesia. Coloca a crise como apenas resultado de má gestão do Estado. A luta contra o chamado poder dos bancos sobre os estados nacionais é inócua. Caso não expresse o programa e a política revolucionária do proletariado. Colocar-se no campo de disputa interburguesa é virar as costas às necessidades dos explorados. Não é um setor da burguesia, mais ou menos “solidário” que irá mudar o caráter historicamente determinado da burguesia na fase imperialista do capitalismo: a classe burguesa vive às custas da exploração da classe operária. É a luta contra a exploração capitalista que irá libertar os explorados do mundo. O pacifismo, tipicamente pequeno-burguês, ignora a brutal violência que é exercida cotidianamente sobre os explora-

dos através da fome, da humilhação, das condições de trabalho desumanas, etc. Quando os explorados se levantam reivindicando melhorias em sua condição de trabalho e de vida, a repressão direta da burguesia através de seu Estado é brutal.

Ato do dia 15

O DCE da USP vem tomando a frente do ato do 15.O em SP. Instalou-se um comitê para discuti-lo e realizá-lo. O comitê funciona através de consenso, isto é, não há votações de propostas. Em sua primeira reunião, foi definido seu caráter: ato auto-organizado, amplo. Abrará todas as bandeiras possíveis e de todos os movimentos que estejam dispostos a construí-lo. Alguns exemplos de reivindicações foram citados: contra o aumento da passagem; fora Ricardo Teixeira; Legalização da Maconha; 10% do PIB para educação pública; contra homofobia; contra usina de Belo Monte; entre outras.

Assim, o ato só servirá para expressar a insatisfação de forma dispersa e canalizando-a para um inconfessado propósito de desgaste eleitoral do governo. Haverá inúmeras pautas, muitas delas desconexas, cada um reivindicará a sua, e haverá um ato fisicamente comum, mas sem nenhum objetivo claro e coesão política. Diante de um momento de crise, onde a superexploração do trabalho é brutal, quando os morros cariocas são ocupados militarmente, diversas greve explodem pelo país, levantar bandeiras como “Fora Ricardo Teixeira” e “Pela legalização da maconha” são distrações pequeno burguesas. O PSOL e PSTU/ANEL, que vem encabeçando o 15.O, buscam canalizar as manifestações anárquicas de setores da pequena burguesia. Os explorados precisam levantar as bandeiras que correspondem a sua política de defesa contra a crise. As bandeiras de **salário mínimo vital**, que em nosso cálculo é de R\$3824,07, **escala móvel das horas de trabalho**, para garantir o emprego a todos, **escola móvel de reajuste** devem ser defendidas com veemência. Rechaçar o PNE privatista e excludente. Defender para a educação a expropriação sem indenização de todo o ensino privado, vaga a todos em todos os níveis, ensino público, gratuito, laico, vinculado a produção social e financiado integralmente pelo Estado. Defender as bandeiras de unidade da juventude: ensino público e gratuito a todos em todos os níveis, único, científico, laico e vinculado à produção social, emprego e lazer para juventude: jornada de 4 horas e o restante para o estudo e lazer.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Londrina

Publicamos parte do Boletim da Corrente Proletária na Educação

Combater a opressão aos homossexuais e denunciar a Igreja como seu principal pilar

Fora o obscurantismo religioso do campus

A Igreja Católica distribuiu na UEL, em setembro, o Boletim Universitário. Nele, propaga sua visão obscurantista sobre a sexualidade e reforça a opressão sobre os homossexuais, chamados na publicação de “anormais”, “doentes”, “desvios da natureza”. Além disso, reforça a opressão sobre a mulher, atribuindo como máximo objetivo de suas vidas o matrimônio e subordinando o ato sexual à procriação.

O moralismo religioso reforça a família que não passa de uma célula econômica do capitalismo, na qual se asseguram e formam patrimônios, materializa-se o direito burguês de herança e se inculca a ideologia dominante da burguesia. Em oposição a isso, devemos nos colocar pela irrestrita liberdade de união dos homossexuais e dos heterossexuais, na forma que julgarem melhor, sem que a família, o Estado ou qualquer membro da sociedade interfira na vida afetiva, cuja privacidade deve ser inviolável.

Opressões

Toda violência se origina da sociedade dividida em classes, da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho. Esse reconhecimento é fundamental porque nenhuma das formas de opressão, portanto, de violência do homem sobre o homem, será resolvida no seio dessas relações econômicas, sociais e políticas. Esta constatação exige que o combate às opressões se coloque no plano da luta contra o capitalismo, por meio da revolução proletária. Assim, devemos combinar a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem com as respostas à opressão contra os negros, mulheres e homossexuais.

Em resposta à opressão sobre os negros, devemos lutar por: fim de todas as formas de discriminação, por emprego a todos, por trabalho igual, salário igual, por punição à violência policial contra os negros. Somente a unidade da classe operária e da maioria explorada em luta por sua defesa e contra a opressão de classe poderá impor fim ao racismo e à discriminação.

Respondemos à opressão sobre as mulheres com a defesa de: proteção à maternidade, fim da dupla jornada de trabalho por meio de medidas que a liberem do trabalho doméstico (restaurante coletivos, creches, lavanderias, etc.), trabalho igual, salário igual, direito ao aborto garantido pelo Estado, fim do domínio patriarcal. O feminismo pequeno-burguês que reduz à opressão de gênero e que isola as reivindicações particulares das mulheres do programa proletário é impotente para travar a luta contra a opressão quaisquer que sejam elas. As mulheres devem somar-se às fileiras da luta da classe operária e colocar-se sob o programa de destruição da sociedade burguesa.

A opressão sobre os homossexuais se materializa em discriminação, repressão moral e física, assassinatos (somente em 2010 houve pelo menos 260 vítimas fatais da homofobia). A opressão via de regra começa pela família e Igreja, chega ao emprego e desemboca nas ruas e cadeias. É preciso combater cada uma destas formas de opressão. Mas não devemos nos

iludir quanto às concessões do Estado burguês ou às promessas das ONGs que segmentam as lutas, expressando os organismos do imperialismo. É preciso unir todos os oprimidos na luta pelo fim do capitalismo.

Universidade laica e autônoma

Muitas universidades se constituíram, em seu surgimento, em oposição ao poderio da Igreja e da nobreza, por isso a autonomia é um princípio indissociável das Universidades. A Igreja, porém, adaptou-se ao capitalismo, colocando seu obscurantismo a serviço da dominação da burguesia, semeando o conformismo e seus preconceitos, que se manifestam nas opressões.

No Brasil, a Igreja dominou a Educação desde seus primórdios, ainda no século XVI. E na sequência também se adaptou à mercantilização da Educação, disputando seu lugar no mercado, interferindo nas políticas educacionais e garantindo recursos públicos, por se dizerem filantrópicas. Aqui em Londrina, por exemplo, a igreja Católica trocou o apoio à candidatura de Nedson (PT) pelo terreno do Jockey Clube, comprado por milhões pela prefeitura e doado à PUC.

Quando atua dentro da Universidade, a Igreja traz todo seu obscurantismo, que já tem muito espaço no Estado Burguês. Em 2008, por exemplo, o presidente Lula assinou um acordo com o Vaticano, garantindo o ensino religioso nas escolas públicas. Além disso, é conhecida a ingerência das Igrejas na criminalização do aborto e na manutenção da opressão sobre os homossexuais, como foi visto na pressão para que a presidente Dilma Rousseff suspendesse a distribuição do kit anti-homofobia nas escolas.

Diante disso, é preciso defender que a universidade seja, de fato, laica e autônoma perante o Estado, a burguesia e as Igrejas. Que seja um espaço de liberdade para que se desenvolva o conhecimento e a ciência, e que se coloque pelo fim de todas as opressões. Tais características que surgiram com a universidade só serão concretizadas, porém, se a comunidade universitária (dentro da qual os estudantes têm um papel fundamental) se colocar sob a direção da política proletária, na defesa da revolução socialista.

Contra a demissão dos cobradores!

Os donos da Grande Londrina e Londrisul, junto com a prefeitura, anunciaram o fim de todos os cobradores, em todas as linhas e horários. Diante disso, o Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo desde agosto está em luta contra a demissão destes trabalhadores. Estão realizando atos semanais no terminal central e marcharam junto com o Grito dos Excluídos, no desfile do 7 de setembro, arrancando aplausos da população, diante das bandeiras: nenhum cobrador a menos, redução da tarifa, passe livre para estudantes e desempregados, estatização do transporte coletivo, sem indenização, sob controle dos trabalhadores e salário mínimo vital.

Balanço das eleições para o DCE: UEL de cara nova?

Na eleição da diretoria do DCE venceu a chapa “UEL de Cara Nova” por escassa margem de votos. A eleição só teve alguns dias de campanha, com pouco tempo para divulgação das propostas e muito menos para que os estudantes pudessem conhecer as diferenças entre as chapas. Por outro lado, não havia muitas diferenças entre as propostas das chapas. A vitória da chapa 1 deveu-se em grande parte ao aparato de apoio do PT e esta diretoria dará continuidade à política da anterior (UJS/PT) de colaboração com a burocracia universitária e apoio às políticas do governo do PT/Dilma: ENADE, cotas, ensino à distância, PROUNI, e todas as outras formas de privatização da educação, oposta aos interesses dos estudantes. Por isso, de “nova” essa diretoria não tem nem a cara nem a política.

A Corrente Proletária na Educação compôs a chapa 2 porque entendeu a necessidade de estruturar na UEL uma oposição unificada para arrancar a UJS/PT da direção do DCE. E, embora não teve aceita sua proposta de se levantar um claro programa contra a privatização e pela autonomia do Movimento Estudantil (ME), continuou participando na convicção de que as assembleias de estudantes resolverão este problema quando retomarem as lutas, desde que se extirpe do DCE a direção colaboracionista.

A que levou o “dialogar”

Na campanha da chapa 2, predominou a política do PSTU/ANE-L: a política do “dialogar”. Toda vez que defendemos pontos programáticos que revelassem com clareza a opressão da burocracia universitária e o governo, os integrantes do PSTU afirmavam que estas proposição não “dialogava” com os estudantes. Na plenária, por exemplo, prevaleceu uma reivindicação genérica sobre ampliação do R.U., opondo à defesa da gratuidade da alimentação dentro da universidade como parte do direito à educação, com o argumento de que não “dialogava”, ou de que os estudantes não entenderiam. Este encaminhamento, além de diluir a bandeira – pois a chapa 1 também defendeu a mesma coisa – pressupõe que os estudantes sejam incapazes de compreender uma reivindicação política. Ou seja, dialogar para eles, significa rebaixar a bandeira ao nível da consciência mais atrasada para obter mais votos, e isso a chapa

Natal

Calendário universitário pune os grevistas

O Consepe (Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão) definiu em sua reunião de 19 de setembro o novo calendário universitário. Este determina aulas em todos os dias dos meses de dezembro e janeiro, além de 15 sábados letivos.

O calendário assim definido é punitivo com os trabalhadores e estudantes que fizeram greve. Além de instituir sábados de aulas, fará com que durante todo o verão a comunidade universitária se veja com trabalho e aulas. Não só os problemas familiares dos trabalhadores, que se verão com trabalho enquanto seus filhos e esposas ou maridos estarão de férias, mas também as condições para o trabalho serão insalubres: Mosso-ró estará com o clima mais quente ainda e a estrutura da UERN (terrenos sem vegetação, piorados agora com um caminho de

1 fez muito melhor! Defendemos dentro desta frente que devemos definir um programa e explicá-lo aos estudantes, se os estudantes não tiverem o contato com as ideias revolucionárias nem terão a opção de concordar ou discordar.

Manter a oposição unificada contra a política colaboracionista da direção do DCE

A chapa 1 já declarou nos debates que continuará a política da conciliação com a reitoria e o governismo em detrimento da autonomia do M.E. Já declararam em público que “não convocaram assembleias, pois não querem espaços esvaziados”. Ora! Se não têm espaços para discussão e deliberação política, nunca haverá movimento para se discutir! Essa postura revela que de fato estão ao lado da burocracia universitária e o governo contra os estudantes. Num dos debates admitiram que “talvez não fossem capazes de puxar nenhuma luta em 2012 porque os estudantes estão desarticulados”. Ou seja, além de paralisar o ME, ainda jogam a culpa nos estudantes!

Esta situação obriga aos apoiadores da chapa 2 e demais estudantes que votaram nela a manter uma oposição unificada à direção colaboracionista. Oposição que não dilua as diferenças políticas, pois estas devem ser debatidas com clareza nos espaços democráticos, mas que se coloque a tarefa de organizar os estudantes para enfrentar a opressão da burocracia e o governo. A reitoria prossegue sua política de redução das vagas da moradia estudantil, cobrança pela alimentação no RU, estímulo aos cursos de especialização pagos por meio das fundações, favorecimento do EaD, mantém o vestibular e agora patrocinará o fim da paridade na escolha do reitor, fazendo o voto do estudante valer ainda menos. Estas são apenas algumas das razões para organizar os estudantes.

Apurar as fraudes na eleição do DCE

Agora estamos diante de outro empecilho. Na eleição a chapa 1 “UEL de Cara Nova” venceu por uma margem de diferença muito pequena e há indícios de fraude em pelo menos uma das urnas. A Corrente Proletária chama os estudantes da UEL para o Conselho Deliberativo para averiguar essa denúncia e aplicar as deliberações coletivas estabelecidas no estatuto eleitoral. Mesmo que a chapa 1 vença, é preciso que os estudantes saibam que métodos usou para isto. Devemos fazer valer o regimento eleitoral e impedir que seja fraudada a vontade majoritária dos estudantes.

cimento que aumentará a sensação térmica de calor, as salas de pedra, ventiladores quebrados, etc) tornará o semestre letivo, literalmente, um inferno. Os estudantes, além dos mesmos problemas dos professores – distância da família e o calor –, os que moram em outros municípios ainda poderão enfrentar o problema de transporte, ou seja, a oposição das prefeituras em manterem o transporte escolar, principalmente, em janeiro.

A direção da Aduern (“independentes” e PCdoB) cometeu um erro ao não discutir diretrizes da categoria para a reposição das aulas na assembleia que encerrou o movimento. Submeter-se ao Consepe, órgão burocrático a serviço da Reitoria, é abandonar os docentes a sua própria sorte.

A Reitoria está se esforçando para, rapidamente, ordenar o

calendário para que seja facilitado uma nova greve no próximo ano (abril de 2012). Faz isso porque é oposição ao governo do DEM. Quer ver a comunidade universitária enfrentando o governo estadual. Quando o governo era seu, do PSB, manteve durante quatro (04) anos o calendário desorganizado, com uma greve bem menor do que a atual, para que servisse de pressão sobre o movimento dos trabalhadores (professores e funcionários) na deflagração de uma nova luta. Agora, com uma greve com quase o dobro dos dias da greve de 2007 contra o governo de Wilma de Farias (PSB), em apenas um semestre, a Administração Superior da UERN (Milton Marques/PSB) esforçar-se para regularizar o calendário universitário. É a nossa

Rondônia

Pela vitória da greve dos professores, estudantes e funcionários da UNIR

A Corrente Proletária na Educação vem denunciando o processo de privatização das universidades públicas. Não poucas vezes, temos sido criticados de sermos pessimistas, de espalhar o mal agouro e outras coisas da mesma natureza. Isso porque dizíamos quer era uma farsa a universidade comportar o tripé: ensino, extensão e pesquisa.

Hoje são situações perceptíveis até pelas crianças. Só para chamar atenção de questões simples basta olhar preservação e manutenção dos antigos patrimônios e para a limpeza dos setores de aula e dos sanitários em todos os Campi da universidade e, principalmente, de Porto Velho. É impossível ser considerado como um ambiente de ensino e pesquisa. A situação se agravou com as medidas tomadas durante o governo Lula. Acelerou a privatização, por meio das Fundações. E as faculdades particulares cresceram se aproveitando da compra de vagas por meio do Prouni. O quadro é de aumento da privatização, sucateamento das universidades públicas e desnacionalização. Os capitalistas estrangeiros têm investido na compra de universidades. O governo Dilma está dando sequência a essa política nefasta.

E o que faz a Adunir?

Qual deveria ser o papel da Associação dos Docentes (Adunir) diante do caos que tomou conta da Universidade Federal de Rondônia (Unir)? Chamou uma assembleia de unidade de todos os Campi e de unidade de todos os segmentos da universidade: alunos, professores e funcionários? Não.

Diante disso, os professores do campus de Rolim de Moura paralisaram suas atividades por dois dias na última semana de agosto. Para acalmar a fúria decorrente da insatisfação dos alunos e professores, a direção do campus juntamente com a administração municipal e parlamentares marcaram uma audiência pública. Esta ocorreu no dia 16 de setembro. Tudo não passou de uma lengalenga. Cansados de promessas, os professores e alunos que já haviam deflagrado greve no dia 15, seguindo o exemplo do Campus de Porto Velho, cujos professores passaram por cima da direção da Adunir e se colocaram em greve no dia 14 pela manhã.

universidade manejada por interesses políticos burgueses.

Mas a postura da Reitoria do PSB não é novidade. O que nos chama a atenção é a cooperação da direção do movimento docente.

A entidade estudantil, DCE, está calada sobre esse assunto, também não é novidade, uma vez que está dominada pela política da JSB (Juventude do PSB).

A Corrente Proletária/POR vem a público se posicionar contrária a esse calendário universitário e convidar os trabalhadores e estudantes a exigirem de suas entidades que convoquem, imediatamente, uma assembleia geral das categorias para tomar uma posição sobre isso e organizar a luta por sua modificação.

Os alunos, em assembleia realizada à tarde, declararam o apoio à greve dos professores.

Os problemas em todos os campi são semelhantes. A insatisfação dos alunos é mais intensa. Assim, os campi de Rolim de Moura e Guajará-Mirim se juntam ao de Porto Velho para realização de atos unificados contra o desmonte da universidade e a entrega aos grupos privatistas. Houve a unificação das pautas de reivindicações de professores e alunos e buscam a adesão dos funcionários. Este último segmento passa por uma profunda crise na sua organização: sua entidade sindical (Sintunir) está nas mãos de dirigentes governistas do PT e a terceirização dos serviços dentro da universidade ganhou força. Os funcionários se aposentam e no lugar vem a contratação terceirizada. Sempre que há pressão da base pela contratação de funcionários, o atendimento se dá pela via terceirizada ou por bolsistas contratados pela Fundação Riomar.

Unidade para derrotar as medidas privatistas

Para derrotar a intransigência do Reitor (Januário) e seus parceiros é necessária a unidade entre funcionários, estudantes e professores. A defesa da efetivação de todos os funcionários terceirizados e a estabilidade unifica os trabalhadores da universidade e combate a privatização, que se expressa por meio da terceirização.

A vitória do movimento depende da unidade entre funcionários, estudantes e professores. Para isso, é fundamental as assembleias unificadas de todos os campi para aprovar o caminho da luta, que necessariamente passará pelas grandes manifestações de rua, pelo fortalecimento da greve. A Corrente Proletária combate a privatização e a desnacionalização defendendo a universidade pública, gratuita, científica, laica, vinculada à produção social. O que significa a defesa da estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

VIVA A LUTA UNIFICADA DE ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR GRATUITO PARA TODOS!

Balanço da greve: 106 dias de passividade

A categoria não precisa dourar a pílula sobre o movimento. A verdade sobre a greve não nos enfraquece, ao contrário, um balanço franco pode evitar cometermos os mesmos erros.

O movimento foi forte. A categoria acatou massivamente a decisão da assembléia e parou suas atividades. Direito, medicina, etc., não houve exceções. Pouquíssimos furos não enfraqueceram a luta. Além disso, a categoria demonstrou disposição de luta ao suportar 106 dias de paralisação.

A limitação do movimento esteve em sua condução passiva. Uma greve sem trancamentos de ruas, sem ocupações, negando-se a paralisar a pós-graduação e os cursos extras que os docentes recebem além de seus salários.

A grande maioria do Comando de Greve esteve contra a transformação da greve de passiva para ativa. As propostas da Corrente Proletária/POR de ocupação da DIRET, união com as outras categorias em greve do funcionalismo estadual, chamamento para as centrais sindicais unir todos os trabalhadores foram feitas para “ouvidos de mercador”.

O Comando de Greve era realmente muito heterogêneo: tinha professor do PT, do PCdoB, simpatizante da Consulta Popular, ex-DS/PT, ex-PCdoB, ex-PSTU, todos “ex” aumentando a cifra dos ditos “independentes”. Mas todos estes estiveram unidos na condução do método passivo da greve. Opuseram-se ou não encaminharam as propostas aprovadas da Corrente Proletária/POR.

Agora, a direção da Aduern (PCdoB e “independentes”) quer vender a história de vitória da categoria e união da comunidade universitária. Consideram avanços tudo aquilo que é diferente de zero. O problema é que para 106 dias de

greve os “avanços” foram desproporcionais (veja você mesmo os “avanços” da greve vitoriosa no quadro atrás e julgue). A união da comunidade terminou com os estudantes entregues a sua própria sorte e os funcionários decidindo pela continuidade da greve, satirizando o presidente da Aduern sobre acordo que aceitaram com o governo.

Os estudantes deram o exemplo

Os estudantes fizeram passeatas, bloquearam ruas e avenidas, ocuparam a Dired. Mostraram aos professores como se faz uma greve ativa, de enfrentamento com o governo.

Na Dired, criaram problemas para o funcionamento da máquina do Estado. Este é o ponto fraco do governo em Mossoró. Seguraram o governo pelo pescoço.

Porém, com a negação dos funcionários e professores de se somarem à ocupação estudantil, a impossibilidade de ampliação da adesão de estudantes, conduziu seus 27 dias, sem água e sem luz, para o fim.

Os estudantes precisam se preparar para a próxima luta. Construir CAs combativos é o primeiro passo para destronar a JSB (juventude do PSB) do DCE. A ampliação da participação estudantil se dá através da defesa das reivindicações mais sentidas dos discentes.

É preciso tirar as lições dessa greve. Nosso próximo movimento precisa ter uma direção ativa da greve, ir para cima do governo com ocupações, passeatas, piquetes, etc. Para isso, precisamos construir uma nova direção. Construir uma fração revolucionária entre os docentes pode contribuir para a realização dessa tarefa.

Quadro comparativo

PAUTA	RESULTADO	POSIÇÃO DA CP
Cumprimento do PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários)	23,98% dividido em 3 anos. Início em abril de 2012. A primeira parcela soma-se a inflação de 3% (?).	Essa proposta o governo já tinha oferecido com 70 dias de greve. Ela não respeita o PCCS. Nossa defasagem é da ordem de mais de 60%.
Descontingenciamento	Liberação de 3 milhões.	Uma miséria. Os bolsistas continuam sem receber.
Autonomia Financeira	O governo se comprometeu na constituição de um fórum.	É uma proposta neoliberal. A própria categoria não tem clareza sobre esta questão. Foi um contra-senso colocá-la em pauta.
Universalização da DE	Serão ofertadas de 40 para 52 o número de DEs anuais.	Basta comparar com o número de inscritos para ver que não atende às nossas demandas. DE deve ser regime de trabalho, portanto, regido pelo Departamento.
Liberação para capacitação*	Continuará regida pela resolução 047/2010.	Portanto, continuará os problemas para a liberação, direito do docente não respeitado.
Extinção dos núcleos	Não haverá.	Ao contrário, o Plano Orçamentário da UERN para 2012 consta a construção dos núcleos de Parnamirim e Apodi. Em todo caso, a extinção dos núcleos levaria a diminuição do acesso ao ensino superior. O Comando de Greve não foi forte nessa reivindicação. Provavelmente, aprenderam com o presidente de honra do PT/Lula: era só bravata.
Convocação imediata do CONSUNI para discussão do Processo Estatuinte	A Reitoria o convocará até o fim de outubro. O CONSUNI apreciará a pertinência em discutir a questão.	Ou seja: não discutirá. A Reitoria submete-se a Justiça aceitando o desrespeito a autonomia universitária e a direção do movimento dos professores se submete a submissão da Reitoria. O CONSUNI, provavelmente, decidirá não discutir a questão enquanto a justiça não se pronunciar porque é manejado pela Reitoria. É um órgão burocrático. Não representa a comunidade universitária.

* Não constava na pauta inicial.

Natal

Publicamos abaixo o boletim da corrente proletária na saúde do Rio Grande do Norte

Derrotar a direção burocrática patronal do Sindlimp para conquistar as reivindicações dos trabalhadores

Os funcionários da empresas da JMT do Hospital Deocléio Marques Lucena – HDML, em Parnamirim/RN, estão PARADOS há 8 dias, mas não houve nenhum avanço positivo na conquistas das reivindicações, ao contrario a direção do SINDLIMP dá as condições para que o movimento fique isolado e se enfraqueça, como vem acontecendo nesta semana que alguns estão voltando a trabalhar. Vamos analisar a atuação do sindicato:

Segunda (19/09), a direção do SINDLIMP faz uma assembléia, com os funcionários que estavam de plantão e quem mobiliza os funcionários para a assembléia não é o sindicato, mas sim a encarregada da JMT. Nesta assembléia, foi aprovada a parada do funcionalismo em 70% ficando 30% cobrindo os setores críticos do hospital. A direção do sindicato, covardemente, orienta que os 70% permaneçam nos corredores do hospital, e cumpram sua carga horária deixando os funcionários expostos a piadas e pressões individuais de suas chefias. E foi o que aconteceu, a direção do hospital convocou reuniões com todos os setores individualmente e proibiu que os que estavam parados se alimentassem no hospital.

O sindicato manipula as reuniões para não dar a estrutura necessária para o movimento. Os funcionários da JMT seguindo a orientação da direção do SINDLIMP cumprem sua carga horária. Portanto, o sindicato não garanti a alimentação e as passagens dos funcionários que estão sem receber seus salários há mais de 3 meses e ainda estão proibidos de se alimentar no hospital. O dinheiro do sindicato é para a luta, mas não é o que acontece. A direção se nega a dar estrutura demandada pelo movimento.

O funcionalismo aprovou em assembléia que o sindicato fizesse um ato público com panfletagem na frente do hospital denunciando o governo e a empresa terceirizada, JMT, mas um diretor autoritariamente, desrespeitando a decisão dos funcionários não encaminha o ato. A direção do SINDLIMP abandona a comissão de parada dos funcionários do hospital sem a menor orientação de como proceder e os deixa sem nenhum informe das negociações, mas contraditoriamente dá os repasses das negociações à empresa JMT. Deixando claro sua relação com o patrão, se mostrando como um sindicato patronal e, portanto traidor da categoria.

Quinta-feira (22/09), os trabalhadores da JMT, sem nenhuma orientação do sindicato e sob pressão de suas chefias começam a voltar a trabalhar. A direção do sindicato aparece no hospital e no corredor orienta que os funcionários que não estão dentro dos 30% fossem pra suas casas. Não foi o que aconteceu, os trabalhadores temerosos permaneceram em seus setores trabalhando, apenas saindo mais cedo do plantão deixando todo o serviço em dia.

Sexta-feira (23/09), estava marcada uma assembleia geral dos trabalhadores da JMT no HDML, onde o SINDLIMP faria o repasse da audiência do sindicato, a JMT e o governo, mas a assembleia não aconteceu, a direção do sindicato não compareceu no hospital e nem informou sua ausência. Deixando novamente os trabalhadores sem a menor informação sobre o movimento e as negociações.

A direção do SINDLIMP provou que seu compromisso é com a empresa JMT e que a parada dos funcionários é pra forçar o governo Rosalba a pagar a empresa. Os trabalhadores estão sem receber seus salários, sem reajuste salarial, desde início do ano, a JMT deve férias a alguns trabalhadores, há excesso de trabalho, falta de segurança e condições de trabalho isso seria mais que motivos para se ter iniciado a luta há muito tempo, mas a direção do sindicato só apareceu agora, quando a JMT não recebe o repasse financeiro do governo.

A Corrente proletária na saúde

A corrente denuncia a atuação da direção burocrática do SINDLIMP que age covardemente e autoritariamente contra a categoria. Pelo caráter do sindicato, avaliamos que a parada está acontecendo para pressionar o governo a realizar o pagamento a JMT e assim que isso ocorrer a direção do sindicato defenderá a retomada do trabalho 100%. Os companheiros da JMT devem lutar e se impor contra essa direção traidora do sindicato e defender na assembleia do dia 23/09 os seguintes pontos:

- Defender que o sindicato dê a estrutura necessária para garantir o movimento – passagens e alimentação;
- Defender um ato público para denunciar o governo Rosalba/DEM. Que a direção do SINDLIMP encaminhe o que foi decidido nas assembléias;
- Defender a democracia sindical, que haja votação nas assembléias. Que a categoria tome suas decisões e não um diretor do sindicato.
- Denunciar a relação de co-operação que o sindicato mantém com a JMT. Independência sindical, o sindicato é um instrumento de luta do trabalhador, fora burocracia traidora.

Aquira com o distribuidor deste jornal:



Nesta edição:

- Bolívia: brutal repressão aos TIPNIS
- A crise mundial se manifesta na Grécia e na Europa
- Palestina: EUA vetam a criação do estado palestino
- Líbia: mais uma vez a posição errada do PSTU
- 73 anos de fundação da IV Internacional: Trotsky e a Guerra

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Governo das ONGs renega a mãe que o pariu

O Movimento ao Socialismo foi concebido, nascido e alimentado materialmente e ideologicamente pelas ONGs. Quando chegou ao poder foram elas que forneceram os recursos humanos para formar o “novo” aparelho estatal e lhe proporcionaram os agentes políticos que se instalaram nas chamadas “organizações sociais”, principalmente as de camponeses e índios. Quando estava na oposição, eram elas que financiavam seus eventos políticos, atividades culturais e as marchas massivas dos plantadores de coca. Uma vez no poder, foram as ONGs que deram suporte ideológico para os planos de reestruturação do Estado, foram a alma diretiva da Assembleia Constituinte que gerou a atual Constituição cheia de ideias reacionárias escorrendo por todos os poros, elas desenvolveram a reforma educacional “Sinai - Pérez”, baseado nas ideias centrais do pós-modernismo, suas concepções básicas sobre a natureza do Estado e da sociedade que pretende implantar foram bebidas das ONGs.

Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que o MAS e seus “teóricos” não têm nenhuma formulação própria que resultasse de uma análise crítica do país, do estudo sobre a natureza complexa de sua estrutura econômica, de sua organização social e das perspectivas e do papel das classes sociais na história deste país. Ele tentou substituir seu próprio programa com a construção de ideias estrangeiras que tardiamente penetraram no país atrasado e que na Europa e nos EUA já tinha saído de moda desde a última década do século passado. Curiosamente, essas pessoas que priorizam concepções particulares da realidade, muitas vezes chegando a xenofobia, se nutrem de ideias estranhas e subjetivas que nada têm a ver com a realidade concreta material, social e cultural.

A experiência diária do desenvolvimento da luta de classes tem demonstrado cabalmente que as bases ideológicas que o MAS têm bebido das ONGs se chocaram e chocam frontalmente com a realidade. Essa história da convivência harmoniosa, pacífica e complementar das várias formas de propriedade que proclama a Constituição do Estado se estilhaça quando diariamente se contrapõem as formas de propriedade comunal com a propriedade privada e como estas formas privadas de propriedade sujeitam as estatais e as comunais, quando a pequena propriedade privada se choca com as grandes que estão



Marcha em La Paz contra a repressão aos indígenas do TIPNIS

sob controle das multinacionais, dos latifúndios e das empresas privadas.

O atual conflito no TIPNIS não é outra coisa que a manifestação desta realidade concreta, o choque de formas de propriedade, que refletem a complexidade da estrutura econômica do país, a combinação da herança das formas pré-capitalistas de propriedade com a da produção tipicamente capitalista.

É necessário determinar como é que, nesta fase de desenvolvimento político do país, o governo do MAS acaba batendo brutalmente contra as instituições que lhe deram vida e forma. Como é que a criança se rebela contra a mãe que a gerou, que a alimentou com enormes recursos financeiros e que lhe deu de

beber ideologia no leite?

As respostas a estas perguntas não são simples. Em geral, o pós-modernismo foi a tentativa de encarnar uma resposta à queda do Muro de Berlim, a ausência de uma direção mundial revolucionária que atue como canalizador para as massas contra o capitalismo em decadência, para a desilusão de imensas camadas da classe média nas metrópoles, e assim por diante, de tecer a falácia de que não é momento da teoria da luta de classes e, em vez disso, para construir sociedades justas baseadas na maravilha da “unidade na diversidade” projetando-se a um futuro de capitalismo eterno cada vez mais em harmonia. Agora, essas teorias colidem frontalmente com as novas condições de existência do capitalismo, agora temos um sistema social que perdeu toda a capacidade racional para manobrar a fim de assegurar a sobrevivência em médio prazo, trata-se do capitalismo cujas metrópoles caem no pântano de uma crise estrutural sem controle.

Esta nova situação do sistema social agudizou as contradi-

ções que sempre existiram na sociedade capitalista, explodindo com todos seus paradigmas teóricos e, em nível nacional, aceleram a agitação social, forçando o governo a mudar seu verniz “popular” e indígena para entregar-se de corpo e alma para as empresas multinacionais e as privadas nacionais.

Sem dúvida, as ideias equivocadas e reacionárias das ONGs plantadas no movimento indígena, lubrificadas por um assistencialismo milionário, não são fáceis de extirpar da noite para o dia. Muitas delas, ao constatar a franca virada “produtivista” e “desenvolvimentista” do governo a serviço do imperialismo e o fortalecimento dos pequenos produtores “predadores” (interculturais e plantadores de coca) estão fatalmente condenadas a entrar em conflito com as novas posições de Evo Morales e sua corriola pró-capitalista. Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que agora as ONGs estão forçadas a agir como prisioneiras das massas indígenas mobilizadas, fato que as coloca no outro extremo das contradições sociais.

(Extraído do Masas Boliviano, nº 2235, de 30/09/2011)

Bolívia

Governo incapaz perdeu o controle de tudo Covardemente dissolve a marcha: flagelam crianças e mulheres grávidas, encarceraram as lideranças

A brutal repressão à marcha do TIPNIS indignou o país.

Grandes manifestações dos explorados ganham as ruas.

Estão dadas as condições para uma greve geral por tempo indeterminado para derrotar a política anti-nacional, anti-operária e anti-popular do governo lacaios do imperialismo.

No domingo passado, às cinco horas, quando já não pôde conter os marchistas com seus “interculturais” oficialistas, para o espanto do mundo e dos explorados bolivianos, utilizou a força pública brutal e covardemente para reprimir a marcha indígena em defesa do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS) flagelando crianças desnutridas e mulheres grávidas, torturando com cassetetes aqueles humildes indígenas que ousaram se opor à sua política submissa e subserviente e capturando os líderes indígenas que estavam à frente de seus povos e nacionalidades. Mais uma vez ele expõe e mostra sua verdadeira face de agente vil do imperialismo e da classe dominante nativa.

Utiliza-se do “Estado multinacional” e pisoteia sua própria Constituição para impor pela violência a cínica pilhagem dos recursos naturais das reservas florestais do país. Joga fora todo o seu demagógico “programa” baseado na defesa da “Mãe Terra” (Pachamama), do viver bem, da existência equilibrada e de complementar entre o homem e a natureza, da coexistência democrática e complementar de todas as formas de propriedade e outros postulados igualmente subjetivos e reacionários, desmentidos brutalmente pela realidade.

Além da sua manifesta política pró-imperialista, que outros interesses materiais, mesquinhos e imediatos encobrem a conduta do governo, ao ponto de rifar seu programa e sua hipócrita “posição ideológica”? Devem ser demasiadamente sujos e vergonhosos para pôr em risco seu próprio futuro político. A partir de agora e aos olhos do mundo, ficou despojado de suas vestes indígenas e populares para mostrar sua verdadeira face como mais um dos governos serviçais do imperialismo



Em La Paz, governo prepara repressão contra a marcha do TIPNIS

que não hesita em esmagar mesmo aqueles que o colocaram no poder.

Não se trata da derrota dos manifestantes que diariamente capitalizaram o apoio dos explorados, mas ao contrário é a derrota política de um governo incapaz e cínico que não hesitou em recorrer às armas mais sujas para deslegitimar a luta dos indígenas assentados nas formas de propriedade comunitária da terra. O que aconteceu foi mais um episódio que serve como alavanca para empurrar o processo irrefreável da emancipação política dos explorados do controle do governo. O sacrifício de crianças, velhos desvalidos, homens e mulheres do TIPNIS tem a virtude de mostrar o que este governo é, um inimigo ju-

rado dos explorados e agente dos depredadores do mundo.

O que fazer? Não devemos lamentar e usar armas defensivas num momento em que os famintos estão lutando por sua sobrevivência, em que os mineiros são forçados a lutar para preservar seus empregos frente à queda vertiginosa dos preços dos minerais no mercado mundial, num momento em que os professores e outros setores se sentem enganados pelo governo e estão em risco de perder seus direitos e conquistas, finalmente, num momento em que todos os explorados do país estão à beira de um abismo sem fim, este governo só lhes oferece arcar com todo peso da crise para salvar o bolso do seu patrão. Este é o momento de chamar a todos a soltar jun-

Marcha do TIPNIS

Todas as possibilidades de manobra do governo estão se esgotando

Se o governo, acuado pela forte posição dos marchistas, em seu desespero para desmantelá-la, se atreve a impedir que prossigam a marcha em Yucumo reprimindo-os, Evo Morales deveria acompanhar o genocida Leopoldo Fernandez na prisão de Chonchocoro.

Apesar de tudo o que tem sido feito para desmantelar a marcha dos indígenas da planície, ela se mantém teimosamente na estrada concentrando a atenção e a fúria do país, as críticas dos setores ambientalistas a nível internacional (originalmente aliados de Evo Morales) se intensificaram e colocaram a nu a pregação hipócrita do governo sobre o respeito e a defesa da "Pachamama". Como último recurso, tentando ludibriar os indígenas no sentido de que um índio teria mais chances de chegar a acordo com os manifestantes, enviou o chanceler Choquehuanca para um diálogo na esperança de conter a marcha, mas paralelamente montou uma bloqueio em Yucumo com os chamados "interculturais" e enviou 500 policiais com a clara intenção de reprimir a marcha de uma vez por todas.

Até agora todas as armadilhas têm falhado, a decisão de Morales de ir conversar pessoalmente com os cem dissidentes de Isiboro Sécore que deixaram a marcha, ao invés de enfraquecer o movimento, levou a uma maior rejeição dos manifestantes e da opinião pública.

Os mineiros anunciaram que se incorporariam à marcha, que foi respondido pelos bloqueadores de Yucumo, organizados pelo governo, de que se se atrevessem a fazê-lo, seriam "arrebentados" também. Uma brutal declaração destes colonos masistas que querem "arrebentar" com os manifestantes do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure).

A mobilização da polícia criou outro problema ao governo, a oposição e os próprios parlamentares do MAS apontaram que seria inconstitucional impedir à força a marcha chegar a La Paz, até os folcloristas pedem ao governo cumprir sua obrigação constitucional de garantir a segurança física dos manifestantes até chegarem a La Paz.

O que resta a Evo Morales fazer? Estaria disposto a pagar o alto custo político de reprimir a Marcha? Está realmente numa encruzilhada e a posição de Choquehuanca em negar a existência de um bloqueio oficialista em Yucumo, argumentando que tudo é invenção da imprensa, enerva as pessoas porque não se pode conceber mais uma cínica do "chefe da diplomacia boliviana".

tos sua raiva nas mobilizações, unificando as reivindicações da TIPNIS com as de cada setor. Assim, teremos alcançado o objetivo de soldar a luta pela sobrevivência dos povos indígenas com as demandas sociais de todos os explorados, a construção de um programa nacional que sustente uma luta unificada e nacional. É hora de exigir que o COB e os dirigentes nacionais do movimento sindical chamem os movimentos para conter o abuso com uma resposta dura contra a arbitrariedade deste governo. Sua primeira derrota deve ser a vitória do voto nulo e em branco na próxima farsa eleitoral para o poder judiciário.

(Extraído do Masas Boliviano nº 2235 de 30/09/2011)

A essa altura dos acontecimentos, podemos apontar sem dúvida nenhuma, que todas as possibilidades de manobra do governo se esgotaram e, se ainda lhe resta um pouco de bom senso, deveria abrir o caminho para que os indígenas cheguem a La Paz, embora para Evo Morales isto lhe custe muita dor de cabeça.

Moral da história: A fraude política tem pernas curtas. A realidade é responsável por desmascarar os impostores. O governo do MAS demagogicamente irrompeu à arena internacional como o campeão da luta contra o capitalismo destruindo a natureza. Agora, sob pressão dos interesses econômicos do capitalismo internacional (ao qual como todo o governo pró-burguês, está submetido) enfrenta o dilema de impor a destruição TIPNIS ignorando a vontade dos seus habitantes. Segundo a teoria pós-modernista da masismo, o "processo de mudança" se desenvolve com uma convivência harmoniosa de todas as formas de propriedade: a grande, a média, a pequena; a estatal e a comunitária; todas se submetendo à base econômica do capitalismo.

A grande propriedade privada, especialmente a imperialista submete outras formas de propriedade, procura varrê-los na medida em que se expande. Além disso, a pequena propriedade agrícola (minifúndios), na sua necessidade natural por novas terras, ataca a propriedade comunitária que sobrevive nas formas mais primitivas de organização social.

Para as pessoas que habitam o TIPNIS a defesa de seu território não se deve a uma visão romântica da Mãe Terra, ou para o fundamentalismo meioambientalista, mas para defender seu modo de vida, certamente primitivo, mas ao que têm direito como nações oprimidas.

A revolução proletária tem a frente a tarefa de superar o atraso econômico e as formas retrógradas de produção pré-capitalistas, mas ao mesmo tempo, combater todas as formas de opressão quer seja de classe ou nacional. Portanto, não pode deixar de reconhecer o direito das nacionalidades oprimidas à autodeterminação.

A propriedade privada grande, média ou pequeno é predatória, na medida em que sobressai o interesse individual sobre o coletivo. Sob o socialismo, a propriedade social dos meios de produção permitirá a exploração racional e sustentável da natureza, permitirá o desenvolvimento em conformidade com os interesses gerais da sociedade.

(Extraído do Masas boliviano 2235 de 23/09/11)

Bolívia

O balanço atual da situação política confirma o acerto do programa do POR

Novamente aparecem como fungos os “analistas” que, até ontem, eram defensores fervorosos do “processo de mudança” e adoradores do “grande presidente índio”, desta vez para fazer um coro de vozes melancólicas que não se parece em nada com uma sinfonia. Alguns acusam o governo de trair o “processo de mudança” e da “filosofia” da defesa da “Pachamama”, outros dizem que foi levado a um beco sem saída pelos seus assessores da “direita neo-liberal”, alguns (aqueles que adotam poses de profundos “teóricos”) dizem que no caminho mudou o conteúdo de classe de indígena “revolucionário” se transformou em um “agente do imperialismo”. Todos eles desembarcam no mesmo terreno subjetivista de pensar que um governo pode simplesmente mudar sua natureza por seus erros, pela ação dos seus assessores ou a incompreensão das pessoas com quem trabalham sobre a natureza do glorioso “processo de mudança” lançado na Bolívia há apenas 6 anos, além do que, todos eles se baseiam na convicção da viabilidade de que processos como este que estamos vivendo na Bolívia podem concluir por tirar o país do atraso e da pobreza e permitir que passe tranquilamente do capitalismo para o socialismo (revolução democrático cultural). Este enxame de “analistas” não entende nada do que está acontecendo no processo social boliviano, se suspeitam de algo, não têm a coragem ou discernimento para fazer uma crítica severa de seus delírios “teóricos”.

Somente o POR, usando o marxismo como um método de interpretação da realidade, assinalou as causas materiais do porque o governo do MAS (apesar de sua esmagadora verborragia demagogia supostamente antiimperialista) foi condenado a desenvolver uma política burguesa e terminar como um agente do imperialismo. Observou que representa o setor dos pequenos proprietários, dos camponeses (dos cocaleiros, dos colonos agora chamados de interculturais e a imensa massa de pequenos parceiros produtos da reforma agrária de 1953), cujo interesse é a defesa material e legítima de sua propriedade pequena e privada, sua aspiração é a de se tornarem prósperos proprietários e empresários.

Naturalmente, esta enorme massa de explorados na agricultura colide com os interesses materiais de outro setor indígena que se assenta na sobrevivência da primitiva propriedade comunitária da terra (Terras Comunitárias de Origem - TCO no Oriente e o ayllu no Ocidente) porque consideraram que é a única maneira de ampliar sua pequena propriedade à custa da invasão das terras comunais que no Oriente sobrevivem como reservas florestais, é uma manifestação do choque entre as formações sociais pré-capitalistas que sobrevivem no país.

Sem dúvida, este choque entre a pequena propriedade privada e a propriedade comunal de terra estaria esgotado, se a Bolívia não estivesse imersa na economia capitalista mundial, fenômeno que a torna semicolônia do imperialismo através de seus tentáculos (as multinacionais), e controlada ideologica-



Política do POR se mostrou acertada pelo desenrolar da marcha dos TIPNIS, pela repressão do governo e pela ação das massas de protesto contra o governo Evo Morales

mente por uma infinidade de canais, tais como a educação, as ONGs, a grande imprensa e a cultura em geral. A dominação imperialista é sobre todas as classes oprimidas do país, sobre os camponeses pequenos proprietários, sobre os nativos comunitários, sobre os trabalhadores assalariados e as camadas da vasta classe média empobrecida nas cidades.

O aparente paradoxo deste processo é que o governo do MAS começa como a encarnação dos interesses materiais dos pequenos, explorados pelo imperialismo, termina como “sócio” das multinacionais, como um servo de potência estrangeira e da classe dominante nativa, esta última fatalmente condenada a se tornar um instrumento dos amos estrangeiros devido à sua fraqueza econômica. Consequentemente, a política desenvolvida pelo governo do MAS, longe de superar o atraso e a pobreza dos pequenos camponeses, o que faz é apertar mais as cadeias da opressão exercida pelo imperialismo. No atual conflito no TIPNIS, impôs a construção da estrada, quem assumirá a parte do leão serão as empresas e empresários do setor privado, os “interculturais” e os cocaleiros se limitarão a depredar manualmente como formigas presas o parque, mas cada vez mais submetidos pelo imperialismo.

O balanço político nesta fase dos acontecimentos confirma plenamente a interpretação do POR sobre a natureza do MAS e seu governo. Desmascara categoricamente os desvarios dos intelectuais que abraçaram o pós-modernismo reacionário como fundamentos ideológicos do “processo de mudança.” Evo Morales, para permanecer no poder, é obrigado a se abrigar na sombra do imperialismo e a reprimir seus aliados do dia anterior, além do movimento sindical e da política revolucionária do proletariado que é expressa teoricamente no programa POR.

(Extraído do Masas boliviano, nº 2235, de 23/09/11)

Crise internacional: Grécia dá mais um passo para o fundo do poço

Foi anunciado, no dia 21 de setembro, que o governo grego iria seguir com as recomendações da União Europeia e Fundo Monetário Internacional. Em meio a protestos de estudantes e pressão das Centrais, o governo apresentou o novo pacote de medidas, que significaram maior destruição da força de trabalho e piora geral na condição de vida da população.

De 2009 para cá

Depois de ter seguido a risca os planos do Banco Central Europeu e FMI, a Grécia encontra-se hoje em pior situação do que há dois anos. O déficit público não diminuiu, enquanto milhões de trabalhadores gregos pagam com as medidas de austeridade já criadas.

A previsão é que a queda do PIB em 2011 ultrapasse os 6%. Em 2010, a queda chegou a 4,5%. Nesse período, o número de desempregados só aumentou, chegando, no fim do segundo trimestre, a 900 mil trabalhadores. Estima-se que esse número chegue a 1 milhão e 200 mil até o fim do ano. A relação entre o percentual da dívida e o PIB que em 2009 era de 115% deve alcançar os 200% até 2013. O déficit orçamentário previsto para o final de 2011 em 7% vai facilmente tocar os 10%.

Com uma população de cerca de 11 milhões de pessoas, esses dados indicam o precipício em que foi lançada a economia grega por obra do governo de Panapadreou e por pressão dos organismos imperialistas.

Novo pacote de austeridade

Para acalmar os “mercados”, o governo “aceitou” as indicações do BCE e do FMI. Entre as medidas, destacam-se as que incluem aumento de impostos (foi criado mais um imposto sobre a propriedade imobiliária que atingirá toda a população), demissão de funcionários públicos (em torno de 10% em várias empresas estatais e semi-estatais) e corte nos salários (que, em alguns casos, pode chegar a 40%, por um período estipulado inicialmente em 20 meses).

Abbas pressiona por negociação através da ONU

O imperialismo norte-americano veta a criação do Estado Palestino e apóia o sionismo opressor

O governo palestino reivindicou na ONU a aprovação da Palestina como Estado membro da organização internacional. Na prática, essa qualificação colocaria em termos formais uma igualdade entre os estados da Palestina e de Israel. Ou seja, formalmente, eliminaria o poder do Estado judeu sobre as áreas da chamada Autoridade Palestina, Cisjordânia e Gaza. Mais o lado oriental de Jerusalém. Dizemos formalmente porque na prática não se muda uma relação política e econômica com a assinatura de um papel.

Dentre os vários obstáculos para a realização dessa pretensão está a possibilidade de veto por parte dos EUA no

O objetivo do submisso governo é chegar a um corte de 78 bilhões de euros até 2015. Na verdade, por meio dessas medidas, coloca-se a impossibilidade, inclusive, de cumprir minimamente os acordos estipulados, já que imediatamente elas destroem o mercado interno e impedem um reaquecimento de setores chaves, como o da construção civil. Os jornais apontam que alguns setores da população abandonam as cidades e tentam voltar ao campo para sobreviver. É um sinal da barbárie social e do retrocesso.

Economistas cogitam a possibilidade de moratória da dívida grega e saída do país da zona do euro. Caso isso venha a ocorrer, a economia poderá voltar a respirar: o que significa, em última instância, que a burguesia nacional poderá voltar a ter esperanças de crescer, enquanto boa parte da classe operária e dos demais trabalhadores continuarão arcando com os ataques já orquestrados nos últimos três anos pelo governo de Panapadreou.

Com ou sem moratória, a destruição de parte da economia e de poderosas forças produtivas é inevitável. A pressão das Centrais sobre a política de austeridade é impotente porque não ataca o fundamento da crise e da política dos governos, que é a manutenção do sistema de exploração capitalista.

Na atual situação, a política de pressão parlamentar, bem como os atos e greves marcados com mais de um mês de antecedência representam uma traição diante da ofensiva do capital e da disposição de parte da população, sobretudo a juventude e os desempregados, a ações mais radicalizadas.

A ação independente dos trabalhadores é fundamental para forjar uma política revolucionária de enfrentamento aos governos. Essa tarefa, no entanto, se vê dificultada pela inexistência do partido operário revolucionário implantado no país. A classe operária com as camadas mais empobrecidas da população deve forjar o partido e o programa revolucionário para enfrentarem a crise. Os próximos anos serão decisivos para a luta de classes internacional. O proletariado grego tem um papel importante a cumprir no velho continente.

Conselho de Segurança da ONU. Desde antes da votação, os EUA anunciaram que não pretendem avalizar a mudança de status da Palestina, em detrimento do seu enclave Israel. Mas essa situação levará certamente a um maior isolamento de Israel na região e mesmo em nível internacional. Pode agravar as tendências anti-israelitas e anti-imperialistas dentro e fora da Palestina. Isto num quadro de levantes no norte da África e Oriente Médio.

O governante palestino conciliador Abbas sabe da limitação de suas pretensões no interior dos organismos da ONU. Conta com apoio da maioria das nações, mas sabe que

a ONU é marionete do imperialismo, o poder de veto de Obama na verdade expressa seu controle. O que pretende Abbas então?

Se de um lado houve pressões para que Abbas retirasse sua reivindicação dos debates da sessão da ONU, de outro buscaram mover o governo israelense de sua posição inflexível e tentar uma negociação. Abbas procurou a ONU porque as portas do governo Netanyahu estavam fechadas. O governo israelense vem desfechando uma ofensiva contra os palestinos, que incluiu a abordagem de um navio turco que trazia mantimentos para a faixa de Gaza, isolada pelas tropas judias, e ataques a grupos palestinos dentro das fronteiras do Egito. Abbas pretende utilizar a sessão da ONU para abrir as portas da negociação com Netanyahu. O Hamas denunciou a manobra de Abbas mostrando que seu pedido à ONU embutia o reconhecimento de Israel e todas as suas consequências.

O episódio demonstra que o imperialismo norte-americano age junto ao governo israelense e não admite a autodeterminação do povo palestino. A existência do Estado sionista impossibilita a autodeterminação. A experiência já mostrou pelo caminho da guerra, das ocupações e da opressão aos palestinos que a resolução da ONU de constituir os dois Estados foi violada. O Estado sionista somente pode sobreviver expandindo suas fronteiras. É o que mostra a violação das fronteiras em 1967 e o processo de colonização em Gaza e Cisjordânia.

“Israel é um enclave criado artificialmente pelo imperialismo. Foi imposto pela guerra de ocupação e pela expulsão dos palestinos. É sustentado por um Estado militarista e expansionista. Depende dos massacres e do colonialismo para se manter. Por mais que se afaste temporalmente do conflito da fundação do Estado sionista, por mais que a burguesia israelense estrutura a economia e por mais que se organize socialmente, as raízes históricas de Israel continuarão artificiais. Não há como se sustentar, a não ser à base do militarismo, de confrontos e massacres. Conta para isso com os interesses dos Estados Unidos e com o apoio geral do imperialismo. Os sionistas se valem de toda forma de violência reacionária contra o movimento palestino de libertação. [...]

Não houve uma liderança tão débil e conciliadora como a de Mahmoud Abbas. No entanto, os sionistas não admitem um acordo que se pareça com um Estado palestino. Não basta que a Autoridade Palestina esteja disposta a concessões que o Hamas não admite – Israel sempre usará razões de segurança para que os palestinos não tenham a autodeterminação. [...]

Inúmeras resoluções e condenações foram feitas para que a burguesia sionista arrefecesse sua política expansionista e admitisse direitos aos palestinos, ainda que restritos. Entra governo e sai governo, e simplesmente desconhecem-nas. Não somente porque os Estados Unidos ditam a farsa, mas também porque a burguesia semicolonial envolvida no conflito colabora com o sionismo. [...]

A resistência palestina ao colonialismo sionista tem sido importante para a luta antiimperialista. O Hamas conta com apoio de grandes camadas oprimidas em Gaza, Cisjordânia, Egito, Líbano etc. Colocou-se em choque com a via de conciliação e de capitulação do Fatah. Sem dúvida, ocupa um importante lugar na

evolução dos explorados no enfrentamento com o imperialismo. Mas atém-se ao nacionalismo pequeno-burguês. É necessário reconhecer e frisar essa limitação. [...]

O objetivo histórico de constituir um Estado palestino soberano passa pela dissolução do Estado sionista. O nacionalismo radical do Hamas esbarra nessa tarefa ao se dirigir para a constituição de um Estado burguês, ou seja, à formação da classe burguesa, que se encontra em situação de latência. Não por acaso, o Fatah, OLP e Autoridade Palestina trilham a negociação de um Estado subordinado, submetido ao Estado de Israel. A tese de dois Estados é obra do imperialismo. [...]

O sionismo necessariamente ocupa um lugar expansionista e colonialista no Oriente Médio. O imperialismo manobra com a contradição manifesta na contingência de Israel de anexar territórios e na necessidade dos palestinos formarem um Estado nacional. As frações da burguesia árabe pró-imperialistas servem à causa sionista. E as suas frações nacionalistas se mostram impotentes para levar as massas a se levantarem em uma frente única antiimperialista. [...]

Não haverá pacificação na Palestina enquanto estiver de pé o Estado sionista. Cabe apenas um Estado. A questão é por onde passará a recuperação da unidade da Palestina. O fim do Estado de Israel é o fim do Estado burguês erigido e mantido artificialmente e pela força. O que implica construir o partido revolucionário, como concebeu Lênin. Há que se suprimir toda opressão, de classe e nacional. Um Estado Operário eliminará o sionismo, de forma que, destruindo o poder burguês, se destroem o expansionismo colonialista, a exploração de classe e as manifestações racistas. Não haverá um instrumento de combate ao anti-semitismo tão resolutivo e definitivo com a derrocada do Estado sionista do que o Estado baseado na propriedade coletiva dos meios de produção. Evidentemente, que cumpra um papel transitório para a sociedade comunista. [...]

A classe operária do Oriente Médio terá de se unir e unir-se com os demais explorados para derrotar o sionismo. Tarefa que implica se emancipar do nacionalismo da burguesia árabe, combatê-lo em cada um dos países e dirigir-se pelo internacionalismo marxista. A estratégia da revolução internacionalista implica a defesa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Há que se tratar com seriedade a crise de direção. O capitalismo se desintegra e avança a barbárie. Não obstante, a classe operária está desorganizada. A contra-revolução estalinista permitiu à burguesia imperialista recuperar o terreno perdido. A liquidação da III Internacional mergulhou a humanidade na crise de direção. Não resta outro caminho senão pôr em pé a IV Internacional. A tragédia dos palestinos em grande parte se deve à ausência dos partidos revolucionários internacionalistas – marxista-leninista-trotskistas. Em nossos próprios países, trabalhamos por reconstruir a IV Internacional, aplicando o Programa de Transição.

Na luta contra a opressão sionista, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, o marxismo defende diante do Estado sionista as reivindicações democráticas de direito à autodeterminação do povo palestino, fim do bloqueio a Gaza, demolição do Muro na Cisjordânia e eliminação de toda a discriminação.” (Trechos da declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional quando do ataque de Israel ao navio turco que levava mantimentos para a Faixa de Gaza)

Conflito entre Israel e Palestina: marcas da intervenção imperialista

Estamos presenciando a discussão na ONU acerca da exigência da Palestina em se tornar um membro pleno desta organização, com direito a participação no Conselho de Segurança. A posição de alguns países é a de que seja uma entidade observadora. Isso indica que poderá participar das reuniões da Assembleia Geral, porém sem direito a voto. Já os EUA e Israel são radicalmente contra essa medida e, no caso dos EUA, promete levar seu veto ao Conselho de Segurança.

O problema está em que ao reconhecer o Estado da Palestina como membro das Nações Unidas, requer que se reconheça também a existência de um território palestino e, consequentemente, que as áreas ocupadas por Israel durante anos sejam desocupadas imediatamente. Sendo assim, Israel não poderá alegar mais que se trata de áreas em disputa, passará a ser um invasor. Além do mais, os palestinos exigem que o território considerado seja o anterior a 1967, ou seja, anterior a Guerra dos Seis Dias (Faixa de Gaza e a Cisjordânia), com Jerusalém Oriental como capital.

Fundação do Estado de Israel: Uma trajetória de intensos conflitos

A Palestina, denominação histórica dada pelo imperialismo Britânico após a 1ª Guerra Mundial (1914-18) a uma região do Oriente Médio situada entre a costa oriental do Mediterrâneo e as margens do Rio Jordão, é uma estreita faixa de terra, desértica, sem petróleo e sem recursos minerais estratégicos. Porém, é uma importante porta de passagem para a Europa, África e Ásia.

Esta região foi ocupada pelos hebreus, povo do qual descendem os judeus, em cerca de 2000 a.C. Foram expulsos pelos romanos e passaram a viver por várias regiões do mundo. Com o fim do Império Romano e a expansão do Islamismo no século VII, a Palestina passou a ser dominada pelos árabes. Permaneceram nessa região mesmo sem formar um país. Entre 1517 e 1917, fizeram parte do Império Otomano e durante a Primeira Guerra Mundial passaram para o controle do imperialismo britânico.

Em 1897, há a fundação do movimento sionista por Theodor Herzl, que propunha o retorno dos judeus à Palestina. A partir daí milhares de judeus imigraram para a região do império Turco-Otomano. Mas a região ainda permaneceu sob o domínio inglês até o final da Segunda Guerra Mundial.

Em 1947, uma resolução da ONU propôs a divisão da Palestina em dois Estados: um judeu (Israel) e outro árabe-palestino. Em 14 de maio de 1948, Ben Gurion proclamou a criação do

Estado de Israel. Estava armado o conflito que permaneceria até os dias de hoje. A promessa de fundação de um Estado palestino não saiu do papel. Por isso, inúmeras guerras e conflitos se seguiram à fundação do Estado de Israel, com o aval dos países que controlam a ONU. E conflitos que não se restringem à palestina, mas aos países que circundam Israel, como Egito, Síria, Líbano, Jordânia etc.

A Primeira Guerra Árabe-Israelense resultou na anexação de territórios previstos para a formação do Estado Árabe-Palestino. Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, os territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia são tomados. Em 1973, na Guerra do Yom Kippur, onde Egito e Síria atacam Israel, instala-se uma crise econômica de repercussão mundial. Os países produtores de petróleo ameaçam boicote aos países que apoiaram Israel, provocando alta dos preços do petróleo. Diversos outros conflitos se deram em menor proporção, mas com perdas significativas para o lado palestino que não dispõe de um arsenal bélico tão poderoso como o de Israel.

Mesmo com diversas tentativas de acordos de paz a região continua conflitante. Os territórios usurpados pelo poderio bélico de Israel, sustentado pelos EUA, não foram devolvidos em sua integralidade. Apenas algumas cidades da Cisjordânia e da Faixa de Gaza possuem autonomia. No entanto, em 2006, o parlamento palestino passa a ser controlado pelo grupo Hamas. Hostil a Israel e a intervenção imperialista na região, além de rivalizar com a ANP (Autoridade Nacional da Palestina), ampliou os choques entre palestinos e israelenses. As negociações cessaram e a exigência para sua continuidade está no desarmamento dos “rebeldes” do Hamas e a aceitação dos territórios já ocupados por Israel. Neste sentido, qualquer

acordo estará longe de ocorrer, pois os territórios usurpados são parte da existência dos palestinos, que são em maior número.

Como se pode ver, a trajetória de conflitos é longa. A responsabilidade por isso é do imperialismo saqueador e da burguesia israelense. Por isso, os palestinos não podem depositar nenhuma confiança nos organismos imperialistas. Devem tomar em suas mãos, em unidade com os trabalhadores israelenses, a bandeira de autodeterminação dos povos e erigir, a força, o Estado palestino. A proposta encaminhada por Abbas à ONU não sairá do papel, assim como não saiu a de consolidação do Estado palestino em 1948. O imperialismo tem só um interesse: continuar saqueando as reservas petrolíferas da região do Oriente Médio e para isso precisa submeter todos os países que são hostis a seus interesses.

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Revista Proletária da Educação
Revista Teórica do Corrente Proletária na Educação, n.º. 1, Ago 2011

Por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, autônomo e vinculado à produção social
Expropriação da rede privada!

Documentos da 1ª Conferência Estudantil do POR Programa da Corrente Proletária Estudantil Balanço dos Congressos da ANEP e UNE

Resposta do PSTU sobre a Líbia

Acreditamos ter desenvolvido nossa divergência com o PSTU em relação aos acontecimentos na Líbia. Ocorre que os morenistas apenas se referiam à posição do castro-chavismo que defende o regime de Muamar Kadafi como sendo anti-imperialista. No “Opinião Socialista”, 431, decidiram responder nossas críticas, embora evitam se referir ao POR e se limitam a atacar a Fração Trotskista (no Brasil, LER-QI e na Argentina, PTS), que em nenhum momento foi capaz de demonstrar os erros programáticos do PSTU e que manteve a bandeira de “Fora Kadafi” quando o imperialismo bombardeava a Líbia.

É preciso reconhecer que a crítica do “Opinião Socialista” procura atingir o que corretamente diz a LER-QI. Ou seja, que não houve uma revolução na Líbia e sim uma intervenção imperialista. Lembremos que o PTS que dirige a Fração Trotskista surgiu do tronco revisionista do Programa de Transição, organizado por Nahuel Moreno, ao qual pertence o PSTU. Até a tomada de Trípoli, a LER-QI rechaçava a intervenção sem modificar sua posição original de defesa da sublevação e de propaganda da bandeira de “Fora Kadafi”. Com nuances de análise, evidentemente, o PSTU e a LER-QI tinham a mesma posição até o desfecho na capital líbia. O POR havia assinalado essa observação. Assim, os renegados do morenismo devem ser responsabilizados por sua inconsistência e inconsequência, já que se reivindicam do trotskismo indevidamente.

O PSTU corta caminho em sua resposta, desviando das posições do POR, justamente por se deparar com uma política coerente. Rechaçamos desde o início a tese de que havia “duas guerras” – a civil, revolucionária e a imperialista – e mostramos que a direção do PSTU abstraía os fatos e relações político-militares da Oposição com as potências. Quanto à ficção das “duas guerras”, o artigo “Líbia: revolução ou golpe do imperialismo?”, do referido “Opinião Socialista”, esquece olímpicamente. Mas não deixa de se referir ao momento em que o imperialismo intervém e evita a derrota de Benghazi. Antes, os redatores simplesmente ignoravam esse acontecimento fundamental, cujo desdobramento foi a subordinação da Oposição ao imperialismo, politicamente por meio do Conselho Nacional de Transição (CNT), militarmente pelos bombardeios contra as forças da ordem, entrega de armas e assessoria e, financeiramente pelos fundos da Líbia, confiscados pelas potências que lhe foram sendo repassados.

O redator do artigo, depois de se referir às conquistas iniciais dos rebelados e à supremacia militar de Kadafi, que “chegou a encurralar a Oposição em Benghazi” e que “preparava um ataque arrasador”, finalmente reconhece que “entrou em cena a intervenção da OTAN, mudando a relação de forças do conflito”. Diante dessa mais evidente verdade, ou o PSTU modificaria a sua invenção das “duas guerras”, reconhecendo a colaboração da Oposição com o imperialismo e rechaçando a derrubada de Kadafi, ou continuaria a falsear em função da posição antimarxista.

Premido pelas críticas, os morenistas mais uma vez deformam os fatos. Vejamos a conclusão do reconhecimento de que Benghazi seria derrotada sem a interferência forânea: “Se aproveitando da fragilidade da revolução, o imperialismo assumiu uma intervenção militar para reassumir um papel de

ponta no processo e disputar sua direção”. Temos aí a tese das “duas guerras”, sendo que o imperialismo com o cerco militar da Líbia, por ar e mar, constituía uma segunda força em disputa com a primeira pela direção do processo de derrubada de Kadafi. Não tem nem pé nem cabeça essa interpretação da “disputa”. Nessa disputa, isto é, nas “duas guerras” voltadas para o mesmo objetivo – um revolucionário e outro contrarrevolucionário – os adeptos de Moreno se colocam do lado da Oposição armada líbia e combate ao mesmo tempo a ditadura de Kadafi e o seu carrasco imperialista.

Depois de admitir a importância do imperialismo para evitar o esmagamento de Benghazi e fazer tamanha embaralhada com a tal da “disputa”, o redator abandona a questão em dois parágrafos, muda o raciocínio no meio de seu desenvolvimento e passa a atacar “o papel nefasto do castro-chavismo”. Recorre à fraude de Moreno sobre “as grandes revoluções democráticas que derrubaram ditaduras na América Latina nos anos 1980. Assim, faz paralelo com os acontecimentos na Líbia, para convencer o leitor de que em Trípoli acaba de triunfar uma revolução democrática. O consolo dos morenistas é que “o imperialismo apoiou as lutas para freá-las” e “nem por isso, a esquerda deixou de ser parte dessas revoluções”. O mesmo ocorre, agora, na Líbia.

Indagamos se a militância do PSTU –muitos são classistas e lutadores – lê com cuidado e reflete criticamente o que escrevem os dirigentes. Ora, se a ditadura de Figueiredo no Brasil ou de Videla na Argentina fosse alvo de ataque militar dos Estados Unidos para mudar o regime político, os revolucionários teriam de defender a distribuição das armas à população para derrotar o imperialismo. Nada pode substituir a autodeterminação da nação oprimida diante da agressão do capital internacional. Não vamos adentrar na absurda caracterização de revolução democrática ao movimento burguês e pequeno burguês das “Diretas, Já”, que concluiu com um acordo de transição da ditadura para a democracia formal, cuja uma das condições foi a Lei da Anistia.

Uma das características do revisionismo é de rebaixar o nível teórico, deformar a realidade com análises superficiais e destituídas de fundamento de classe. Vejamos uma das imputações do PSTU a seus críticos. Rebate com o argumento de que somos esquemáticos, achando que “tudo que se passou foi fabricado pelo imperialismo” e que confundimos “o processo revolucionário em curso com a direção pró-imperialista da CNT.” Se os morenistas não fossem levianos perante as divergências programáticas e teóricas, exporiam de conjunto as posições do POR, como o fazemos com as do PSTU. Lênin nos ensina que as divergências e a luta ideológica expressam a luta de classes. Assim, devem ser rigorosamente tratadas.

Vejamos o ponto central: o PSTU desconhece que a intervenção do imperialismo viola a autodeterminação da Líbia e sobrepõe-se ao conflito que assumiu a forma de guerra civil como uma poderosa força externa. Contradições existem. O ódio anticolonialista das massas líbias pode ter se arrefecido com a transformação da ditadura nacionalista de Kadafi em ditadura pró-imperialista. As novas gerações estão distantes dos combates sangrentos do povo líbio contra o imperialismo

para se constituir como país e conquistar sua independência na forma de Estado nacional. Como parte das massas árabes sacrificadas, não obstante, vivem e observam a prepotência dos Estados Unidos, Inglaterra, França, etc. No interior dos sublevados, possivelmente existam forças nacionalistas mulçumanas. Mas com certeza não há uma fração proletária, portanto, revolucionária.

A ausência de uma direção marxista-leninista-trotskista pesa decisivamente em qualquer levante, em qualquer parte do mundo. A direção política e militar da tomada de Trípoli é exercida pelo CNT e por comandantes a ele vinculados. Os civis que pegaram em armas e que dão a vida para derrubar Kadafi não demonstraram ser capazes de se livrar do controle do CNT e levantar a bandeira de autodeterminação da Líbia. Não se pode desvincular as armas e os punhos armados da política e do programa estratégico. Não confundimos “o processo revolucionário em curso com a direção pró-imperialista”. Os fatos militares e políticos mostram que o processo de derrubada de Kadafi está determinado pela direção antinacional burguesa e pequeno-burguesa. Não é possível separá-los, como faz o PSTU.

Que possibilidade tem de as milícias destituírem o CNT, voltarem as armas para a OTAN, exigirem sua imediata retirada, lutarem para que sejam entregues os fundos da pátria líbia confiscados pelas potências e organizarem o povo em armas para formar o novo governo revolucionário? Praticamente, nenhuma. E por quê? Porque a derrubada de Kadafi se deu como a intervenção das potências que condicionaram todo o “processo”. O imperialismo não fabricou nada, como querem os castristas, os chavistas e os filoestalinistas. As potências agiram como poder internacional para manter a Líbia sob sua guarda e incrementar o saque dos recursos petrolíferos. E a Oposição capitulou no momento que viu de perto o esmagamento de Benghazi. De maneira que a guerra civil recém-começada deu lugar à intervenção estrangeira. O imperialismo conduziu em última instância o processo de derrubada de Kadafi.

A afirmação de que “quem liderou as batalhas foram os jovens desempregados, que não têm nada a perder” é ufanista. E sua conclusão - “Portanto, dispostos a se sacrificarem por algo maior que eles mesmos.” - é a metafísica do ufanismo. A verdadeira e valiosa lição, o PSTU não pode alcançar. Os populares - boa parcela de jovens - que de armas em punho tomaram Trípoli, organizados em milícias de várias regiões, mostraram que se estivessem sob uma direção revolucionária teriam rechaçado a intervenção do imperialismo e instalado um governo que expressasse a ditadura do proletariado, sob a qual as tarefas democráticas da Líbia semicolonial começariam a ser resolvidas. Se essa mesma força colocasse sua energia revolucionária a serviço de uma direção nacionalista, mesmo que de traços antiimperialistas, sofreriam com uma inevitável traição. Nenhuma dessas variantes ocorreu. Os lutadores têm suas armas presas às forças burguesas e pequeno-burguesas subordinadas ao imperialismo. Não se sacrificaram “por algo maior” (esse “algo maior” talvez seja o sonho pequeno-burguês do socialismo morenista), tão-somente serviram cegamente a uma direção que se aliou ao imperialismo para derrubar Kadafi.

Não se trata de que confundimos “o processo revolucionário com a direção pró-imperialista da CNT”, mas sim de que

não separamos artificialmente as milícias oposicionistas de sua direção política e esta das forças imperialistas.

A avaliação de que as potências jogaram um papel secundário na derrocada do regime de Kadafi e que agora “apresentam-se como autor principal da vitória, numa tentativa de tirá-la das mãos das massas líbias” se encaixa na caracterização do PSTU que houve uma revolução à margem da intervenção do imperialismo. Nenhum passo efetivo de destruição da capacidade militar de Kadafi foi dado sem que resultasse dos bombardeios da OTAN e de seu apoio logístico (armas, recursos, assessoria, etc.) à Oposição. Ao minimizar o peso decisivo do aparato imperialista, para provar que houve uma revolução e que foi correto manter a bandeira de abaixo Kadafi nas condições de intervenção externa, os morenistas distorcem o processo da guerra civil e falseiam seu conteúdo de classe.

Está aí por que o redator do artigo “Líbia: revolução ou golpe imperialista” chega à brilhante previsão: “Com Kadafi fora de cena, abrem-se duas perspectivas ao país. Continuar com um governo pró-imperialista, ou avançar na revolução, superando a atual direção do Conselho e expulsando a OTAN do país para tornar a Líbia de fato independente.” Cumprido o objetivo comum da oposição armada e do imperialismo interventor de derrubar Kadafi, então se chega a um ponto indefinido: ou as milícias armadas se livram de sua direção (CNT) e expulsam a OTAN; ou triunfa a política pró-imperialista do CNT. No primeiro caso, a revolução avançaria rumo à independência da Líbia. Desgraçadamente, não se passou, não se passa e não se passará assim. A derrota de Kadafi resultou da aliança de forças burguesas e pequeno-burguesas internas com o imperialismo. Aliança que jamais poderia ser concretizada sem que as potências fossem hegemônicas e condicionassem o curso dos acontecimentos.

As teses morenistas das duas guerras e a de uma revolução democrática sem conteúdo de classe os levam a ocultar a aliança e a descaracterizar o lugar primordial do imperialismo na expulsão da família Kadafi do poder de Estado. Assim, não concebem que os Estados Unidos, França e Inglaterra são os que estruturam o novo governo e que somente podem fazê-lo porque controlaram e controlam as armas que devastaram a raquítica força militar kadafista.

No fundo do levante de fevereiro em Benghazi e da tomada de Trípoli, se encontram o descontentamento dos explorados e se movimentam tendências revolucionárias. Tais tendências foram impulsionadas pela pobreza agravada com a crise e animadas pelos levantes na Tunísia e Egito. No alto do Estado, a ditadura de Kadafi já não conseguia conter politicamente a Oposição, concentrada em Benghazi, e estava esgotada. As tendências revolucionárias dos explorados serviram à Oposição burguesa e pequeno-burguesa, que, no entanto, se mostrou incapaz de derrotar a ditadura com suas próprias forças.

A bandeira de “aprofundar a revolução” é gratuita. O PSTU não diz que direção pode tomar o lugar do CNT e tocar essa tarefa. Não diz que caráter tem a revolução e que classe social a encarna.

Não poderíamos deixar de responder às seguintes perguntas feitas no início do artigo “Líbia: revolução ou golpe do imperialismo”: “Foi uma vitória das massas ou do imperialismo?”

A queda de Kadafi foi progressiva ou regressiva? A revolução que sacode o conjunto do mundo árabe se fortaleceu ou enfraqueceu? Certamente, nossas posições já as respondem. Mas é necessário à clareza da divergência dar-lhes uma forma particular. O governo de Kadafi foi derrubado não pelas massas, mas pela intervenção do imperialismo, por isso não foi progressiva. Enquanto a Líbia estiver sob a égide das potências, servirá à política do imperialismo de bloquear o processo revolucionário no Norte da África e no Oriente Médio. O essencial para responder corretamente a essas questões se encontra no fundamento da autodeterminação dos povos oprimidos. No momento em que a Oposição admitiu a violação da soberania

do País, estabeleceu uma aliança com a burguesia internacional e colaborou para que a máquina de guerra da OTAN atacasse as forças leais a Kadafi, já não havia possibilidade de uma derrubada revolucionária do regime despótico. É parte do programa marxista-leninista-trotskista a defesa da autodeterminação dos povos, com a qual o proletariado, apoiado na maioria oprimida, pode impor ao imperialismo a independência e a soberania nacionais. O PSTU com sua subjetividade e com seu democratismo põe de lado a bandeira da autodeterminação. De nada serve sua bandeira de fora o imperialismo, uma vez que a combina com o fora Kadafi e apóia a aliança pró-imperialista que o derrubou.

73 anos da fundação da IV Internacional

Em setembro de 1938, a Oposição de Esquerda Internacional, dirigida por León Trotsky, fundou a IV Internacional. Essa decisão foi tomada após a caracterização de que já não havia como reconquistar a III Internacional, derrotando a fração burocrática de Josef Stálin. Aprovou-se o Programa de Transição, documento que equivale ao Manifesto do Partido Comunista, redigido por Marx e Engels.

Publicaremos o texto “Paz em nossa época?”, de 4 novembro de 1938.

“Paz em nossa época?”

León Trotsky

Chamberlain proclamou que o acordo de Munique inaugurou “a paz de nossa época”. Nunca como agora a grande política foi tão empírica, tão cega, nunca se conformou até o ponto simplesmente de “viver o dia”, nunca se satisfaz tão rapidamente com resultados tão efêmeros. A explicação está em que aqueles que guiam o destino do mundo, especialmente na Europa, temem enfrentar-se com o futuro. Toda fórmula tranquilizante, por vazia que seja, responde a uma exigência real. “Paz em nossa época? Parece então que todas as disputas e convulsões da política europeia foram produtos unicamente da existência casual da Tchecoslováquia ou que os governantes alemães e ingleses não tenham se reunido para conversar cordialmente. Em realidade, quase dá medo ver a credulidade e a passividade de uma opinião pública que se conforma com essas banalidades açucaradas que lhes servem as figuras mais autoritárias!

Recapitulemos o abecê. A essência da crise do mundo atual está condicionada por duas circunstâncias fundamentais: O primeiro, o capitalismo clássico da livre concorrência se transformou em capitalismo monopolista e há tempo superou as fronteiras do Estado nacional. Daí a busca de mercados estrangeiros para os bens e capitais, a luta pelas fontes de matérias-primas e, coroando tudo, a política colonial. O segundo fator histórico é a desigualdade do desenvolvimento econômico, político e militar dos distintos países. O avanço dos primeiros países capitalistas, como Inglaterra e França, está bloqueado. Os países de desenvolvimento capitalista mais recente, como o da Alemanha, Estados Unidos e Japão, avançaram a passos lar-



gos. Como consequência desta radical e febril alteração na relação de forças, cada vez mais há que modificar com mais frequência o mapa do mundo. O acordo de Munique não mudou em nada essas condições básicas.

A Alemanha começou a guerra anterior com a bandeira: “O mundo foi dividido? Há que redividi-lo!” Os vinte anos que se seguiram à guerra demonstraram como nova força a disparidade entre o peso real dos principais Estados europeus e a parte que lhes coube na repartição do mundo estabelecida pelo tratado de Versalhes. A opinião pública ingênua se surpreendeu diante da debilidade demonstrada pelas democracias europeias durante a recente crise; o prestígio internacional do fascismo inegavelmente se elevou. No entanto, isso não se deveu a características da democracia em si, mas sim ao peso econômico da Inglaterra, e especialmente da França, na economia

mundial. Os fundamentos econômicos atuais dessas duas “democracias” não correspondem em absoluto com o tamanho e a riqueza de seus impérios coloniais. Por outro lado, a economia alemã conseguiu restabelecer sua dinâmica, temporariamente paralisada pelo tratado de Versalhes, e novamente começa a romper suas fronteiras. Não nos referimos especificamente a Itália porque a guerra e a paz não estão em suas mãos. Até que Hitler chegou ao poder, Mussolini permaneceu quieto como um rato. Na luta pela supremacia mundial, está destinado a jogar sucessivamente um papel de satélite.

Inglaterra e França temem qualquer catástrofe, já que não têm em nada o que ganhar e tudo o que perder. Por isso, o pânico as leva a fazer tantas concessões. Mas concessões parciais garantem apenas breves suspiros, sem eliminar nem debilitar a

fonte fundamental dos conflitos. Como resultado do acordo de Munique, as bases alemãs na Europa se ampliaram enquanto que as de seus opositores se estreitaram. Se se leva a sério as palavras de Chamberlain, há que supor que o enfraquecimento das democracias e o fortalecimento dos Estados fascistas abrem uma “era de paz”. Evidente que o chefe do governo conservador não quis dizer isso. Porém, a ninguém, aparentemente nem mesmo a ele, está claro o que realmente quis dizer.

Poder-se-ia falar com alguma razão da “Paz de nossa época”, caso as necessidades de matérias-primas e mercados do capitalismo alemão estivessem satisfeitas com a incorporação dos “irmãos de sangue” da Alemanha ou com sua influência crescente no centro e sul da Europa. Mas de fato, a incorporação da região do Saar, Áustria e dos Sudetes estimula as tendências agressivas da economia alemã. O imperialismo alemão busca no plano mundial a solução de suas contradições internas. Não é casual então que o general Von Epp, o futuro ministro das futuras colônias, seguindo as instruções de Hitler, coloque, imediatamente depois de aberta a “era de paz”, a exigência de que devolvam à Alemanha suas antigas colônias. Como afirmam muitos, Chamberlain pretende fazer um gesto “simbólico”, isto é, não devolver à Alemanha *todas* – evidentemente que não! – mas sim *algumas* de suas ex-possessões, recolocando-a assim entre as potências coloniais.

Tudo isso soa muito infantil, senão a brincadeira. Antes da guerra mundial, as colônias da Alemanha eram insignificantes, mas esta se encontrou tão travada pelas velhas fronteiras que procurou se somar ao bando da exploração do mundo por meio do conflito bélico. Portanto, recuperar suas velhas possessões ultramarinas não resolverá nenhum dos problemas do capitalismo alemão. Os velhos pedaços de terreno colonial dos Hohenzollern não servem a Hitler, a não ser como pontos de apoio para a luta pelas “verdadeiras” colônias, isto é, pela redivisão do mundo. Mas isso exige a liquidação dos impérios britânico e francês.

Neste processo acabarão eliminadas as potências de segunda ou terceira grandeza. A destrutiva lei da concentração vale tanto para os pequenos Estados escravistas como para os pequenos capitalistas dentro de cada um dos Estados. Portanto, é bastante provável que o próximo acordo quadripartite se faça às custas das colônias da Holanda, Bélgica, Espanha e Portugal. Mas outra vez se trataria só de um novo respiro.

E, então? De nenhum modo se pode dizer que a Alemanha apresente suas exigências a um ritmo lento e paciente. Ainda que se a Inglaterra e França decidissem liquidar a prazos, a ofensiva alemã ganharia novas forças. Mas ainda, os Estados Unidos não poderiam permanecer passivos diante de uma ruptura tão evidente do “equilíbrio de forças” no mundo. Ao colosso norte-americano não lhe agrada a ideia de se encontrar diante de uma Alemanha dona das colônias e das principais rotas marítimas. Por isso utilizará todo seu poder para empurrar a Alemanha e a França à resistência, não à conciliação. Entre-

tanto, Konoye, o príncipe de Tóquio, proclamou a necessidade “revisar todos os tratados em prol da justiça”, isto é em prol do Japão. É muito difícil que o oceano Pacífico seja durante os próximos dez anos uma fonte de paz.

Nos bons velhos tempos, somente a Inglaterra pensava em termos continentais e pensava lentamente, com uma perspectiva de séculos. Atualmente, todos os Estados imperialistas aprenderam a pensar nestes termos. E os prazos já não são de séculos, mas sim de décadas ou de anos. Este é o verdadeiro caráter de nossa época, que depois da reunião de Munique continua sendo a de um desenfreado e violento imperialismo. Até que os povos o destruam, continuará dividindo, cada vez com mais frequência nosso ensanguentado planeta.

O Estado da economia alemã exige que Hitler coloque em jogo o mais rápido possível a sua força militar. Por outro lado, o exército necessita de uma postergação; é um exército novo, e nem tudo nele está coordenado e ajustado a proporções adequadas. Mas a contradição entre estas duas exigências não se pode medir em décadas, mas sim em um ou dois anos, talvez em meses. Durante a crise da Checoslováquia Hitler impulsionava mobilizações para pôr à prova as classes dominantes da Inglaterra e França. Do seu ponto de vista, a prova foi um êxito magnífico. Os setores que queriam freá-lo, nenhum demasiadamente forte para fazê-lo, permaneceram decisivamente debilitados. A oposição dos generais e dos dirigentes da economia alemã ficou socavada, e se deu um passo definitivo para a guerra.

Hitler não poderá repetir sua jogada pela segunda vez. Mas, sem dúvida, explorará os efeitos desse experimento, sempre tão frutífero, para provocar um resultado oposto. Em uma nova crise, quando mobilize, tratará de dar a impressão de que só está ameaçando, apresentará tramar uma nova jogada, e logo cairá sobre seus adversários com toda a força de seus exércitos.

Enquanto isso, os senhores da diplomacia estão acariciando uma vez mais a ideia de um acordo para a limitação do armamento. Os pacifistas como Jouhaux e Cia, cumprindo com seu papel fundamental de social-imperialistas, se arrastam atrás dos diplomatas chamando o desarme geral. O poeta russo tinha razão quando disse:

Guardamos enganos que nos esmagam
mais que mil pesadas verdades.

Entretanto esses importantes senhores não mentem tanto a si mesmos como ao povo.

Para conseguir o apoio dos povos de todo o mundo, os estadistas chamaram a guerra de 1914-1918 “a guerra que terminará com todas as guerras”. Daí em diante a frase adquiriu certo sentido irônico. Não há dúvida de que rapidamente a frase de Chamberlain “Paz em nossa época” adquirirá a mesma amarga conotação irônica. De nossa parte, analisamos o futuro com os olhos bem abertos. A Europa, e com ela toda humanidade, marcha para a guerra.

(Escritos, Léon Trotsky, tomo X, 1938-1939, vol.1, editorial Pluma)

